

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE

Adoções Arco-Íris: Estudo exploratório sobre a experiência de casais do mesmo sexo

Ana Teresa Pereira Jardim

M

2020



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ADOÇÕES ARCO-ÍRIS: ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE
CASAIS DO MESMO SEXO

ANA TERESA PEREIRA JARDIM

setembro, 2020

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado em Psicologia, área de Psicologia Clínica e da Saúde na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora *Margarida Rangel Henriques* (FPCEUP) e coorientada pelo Professor Doutor *Jorge Gato* (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer à Professora Doutora Margarida Rangel Henriques e ao Professor Jorge Gato por todo o apoio prestado e por me terem cativado a estudar uma temática que nunca imaginada estimar tanto – a adoção por casais do mesmo sexo e pessoas LGB. Obrigada por acreditarem nas minhas capacidades!

O meu profundo agradecimento aos/às meus/minhas participantes, pelos vossos testemunhos tão valiosos e enriquecedores, por toda a disponibilidade e entusiasmo em partilharem as vossas histórias. Espero que se sintam orgulhosos do trabalho que desenvolvi, com tanto carinho e empenho, para vos dar voz, para que as vossas realidades sejam ouvidas e conhecidas e que, num futuro próximo, a sociedade se torne mais empática, compreensível e *empowering* face à homoparentalidade!

À equipa de investigação Webs of Meaning por todo o apoio e conhecimentos partilhados ao longo desta longa caminhada.

A todas as minhas amigas e amigos, pela força e admiração no meu projeto, pela boa disposição e carinho com que sempre me trataram.

Ao Vasco, o meu maravilhoso namorado, pelo amor, carinho e alegria que me proporcionaste diariamente. Agradeço e estimo todo o teu apoio incansável nos momentos difíceis, por me lembrares o quanto o meu trabalho é importante e valioso.

À minha família e à do Vasco, pelo apoio e empenho em me ajudar! Obrigada por serem uma fonte de apoio e felicidade na minha vida.

Obrigada a todos aqueles que decidirem ler a minha dissertação. Espero que levem do meu trabalho conhecimentos úteis e interessantes relativamente a um tema ainda sensível na sociedade atual, mas muito importante!

Por fim, e acima de tudo, queria agradecer aos meus pais por todo o apoio prestado ao longo de todos estes anos. Sem vocês esta caminhada teria sido muito mais difícil de percorrer! Obrigada por acreditarem em mim e nas minhas capacidades desde sempre! Obrigada por me inculcarem valores de trabalho que me permitiram desenvolver uma dissertação da qual tanto me orgulho! Obrigada por todo o amor e carinho!

Resumo

A literatura internacional tem vindo a revelar que a realidade dos/as adotantes LGB é marcada por obstáculos e dificuldades, ao longo do processo de adoção, e atitudes e comportamentos negativos por parte dos profissionais, associados à sua orientação sexual minoritária (e.g. Brooks & Goldberg, 2001; Goldberg, 2012; Ryan, 2000; Mellish et al., 2013; Messina & D’Amor, 2018). Estudos sobre a perspetiva dos profissionais mostram que, apesar destes acreditarem perceberem a homoparentalidade como algo positivo, as suas práticas podem ser discriminatórias (Fernández Molina & Alarcón, 2015; Gato et al., 2012). O presente estudo está enquadrado num projeto de investigação português em curso, intitulado “Adoção LGB em Portugal: Reenquadrando Práticas Profissionais” que, numa primeira fase, se focou nas perspetivas dos profissionais. O segundo momento, do qual esta dissertação se ocupa, tem como principais objetivos conhecer as experiências de casais do mesmo sexo e pessoas LGB ao longo do processo de adoção, bem como as suas perspetivas face às práticas profissionais no domínio, através da identificação de aspetos positivos, negativos e de sugestões para o seu melhoramento. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas preparadas para o efeito, a adotantes nacionais e internacionais ($N = 4$) em diferentes fases do processo de adoção, correspondendo a três famílias. As entrevistas foram transcritas e alvo de uma análise de conteúdo que se dividiu em duas fases: a primeira corresponde aos estudos de caso, e a segunda corresponde à análise intercasos. Os principais resultados mostram que as motivações dos/as participantes em adotar não diferiram das comumente referidas por casais de sexo diferente; contudo, a tomada de decisão foi marcada por questões e inquietações inerentes à sua orientação sexual. Os/as pais/mães mostraram valorizar uma comunicação aberta e permanente com os filhos acerca da adoção e da homoparentalidade, e apresentaram algumas estratégias para estes se protegerem de eventuais comentários negativos a esse respeito. Para além disso, os/as participantes reportam não terem sido alvo de atitudes e/ou práticas discriminatórias por parte dos profissionais, tendo os mesmos manifestado neutralidade e rigor nas suas práticas. Não obstante, salientam a importância de uma adaptação necessária do processo de adoção às especificidades da adoção LGB, bem como a necessidade de maior suporte especializado na pós-adoção. Deste estudo exploratório, emerge um conjunto de implicações pertinentes para a qualificação das práticas profissionais em adoção, de modo a tornarem-se culturalmente competentes e inclusivas.

Palavras-chave: Adoção LGB; Experiências de adotantes LGB; Perspetivas sobre práticas profissionais na adoção.

Abstract

International literature has come to reveal that the reality of LGB adopters is marked by obstacles and difficulties, throughout the adoption process, and negative attitudes and behaviours on the part of the professionals, associated with their minority sexual orientation (e.g. Brooks & Goldberg, 2001; Goldberg, 2012; Ryan, 2000; Mellish et al., 2013; Messina & D'Amor, 2018). Studies on the perspective of the professionals show that, although they believe they perceive lesbian and gay parented families as something positive, their practices can be discriminatory (Fernández Molina & Alarcón, 2015; Gato et al., 2012). The present study is part of an ongoing Portuguese research project entitled “Same-sex Adoption in Portugal: Reframing Professional Practices” which, in a first phase, focused on the perspectives of the professionals. The second phase, of which this dissertation is concerned, has as its main objectives to learn about the experiences of same-sex couples and LGB people throughout the adoption process, as well as their perspectives regarding the professional practices in the field, through the identification of positive and negative aspects and suggestions for their improvement. As such, semi-structured interviews, prepared for this purpose, were conducted with national and international adopters (N = 4) at different stages of the adoption process, corresponding to three families. The interviews were transcribed and subjected to a content analysis that was divided into two phases: the first one corresponds to the case studies, and the second one corresponds to the inter-case analysis. The main results show that the motivations of the participants to adopt did not differ from those commonly mentioned by different-sex couples; despite this, the decision-making process was marked by issues and concerns related to their sexual orientation. The parents showed an open and ongoing communication with their children regarding adoption and their family structure, and presented some strategies in order for them to protect themselves from eventual negative comments in that regard. In addition, the participants reported no discriminatory attitudes and/or practices on the part of the professionals; in fact, the latter expressed neutrality and rigour in their practices. Nevertheless, they highlighted a need for adaptations in the adoption process that take into account the specificities of LGB adoption, as well as the need for more specialized post-adoptive support. From this exploratory study, a number of relevant implications emerge for the qualification of the professional practices in adoption, in order for them to become culturally competent and inclusive.

Key-words: LGB Adoption; Experiences of LGB Adopters, Perspectives on Professional Practices in Adoption.

Résumé

La littérature internationale révèle que la réalité des adoptions par les LGB est marquée par des obstacles et des difficultés, par le biais du processus d'adoption, et des attitudes et des comportements négatifs de la part des professionnels, associés à leur orientation sexuelle minoritaire (e.g. Brooks & Goldberg, 2001; Goldberg, 2012; Ryan, 2000; Mellish et al., 2013; Messina & D'Amor, 2018). Des études sur la perspective des professionnels montrent que, bien qu'ils croient perçoivent que l'homoparentalité soit quelque chose de positif, leurs pratiques peuvent être discriminatoires (Fernández Molina & Alarcón, 2015; Gato et al., 2012). Cette étude s'encadre dans le projet de recherche portugais déjà en cours intitulé « LGB Adoption au Portugal: Recadrage des pratiques professionnelles » qui, dans une première phase, s'est concentré sur les perspectives des professionnels. Le deuxième moment, dont cette thèse s'occupe a, comme principaux objectifs, connaître les expériences des couples du même sexe et des personnes LGB tout au long du processus d'adoption, ainsi que leurs points de vue sur les pratiques professionnelles dans ce domaine, en identifiant les aspects positifs et négatifs et les suggestions pour les améliorer. Pour cela, des entretiens semi-structurés préparés à cet effet ont été menés avec des adoptants nationaux et internationaux ($N = 4$) en différentes étapes du processus d'adoption, correspondant à trois familles. Les entretiens ont été transcrits et ont fait l'objet d'une analyse de contenu qui a été divisée en deux phases: la première correspond aux études de cas, et la seconde correspond à l'analyse inter-cas. Les principaux résultats montrent que les motivations des candidats à l'adoption ne différaient pas de celles que les couples de sexe différent ont souvent mentionnées; mais que la prise de décisions a été marquée par des questions et des préoccupations inhérentes à leur orientation sexuelle. Les pères/mères ont montré qu'ils accordaient de l'importance à une communication ouverte et permanente avec leurs enfants au sujet de l'adoption et de l'homoparentalité, et ont présenté quelques stratégies pour qu'ils se protègent de tout commentaire négatif à ce sujet. En outre, les participants signalent qu'ils n'ont pas été visés par des attitudes et/ou des pratiques discriminatoires de la part des professionnels, et qu'ils ont exprimé leur neutralité et leur rigueur dans leurs pratiques. Néanmoins, ils soulignent la nécessité d'adapter le processus d'adoption en tenant compte des spécificités de l'adoption du LGB, ainsi que le besoin d'un soutien spécialisé plus important après l'adoption. De cette étude exploratoire, un ensemble d'implications pertinentes pour la qualification des pratiques professionnelles en adoption émerge, de sorte à devenir culturellement compétentes et inclusives.

Mots clés: Adoption LGB; Expériences des adoptants LGB; Perspectives sur les pratiques professionnelles en adoption.

Índice

1. Introdução.....	1
2. Enquadramento Teórico	3
2.1. Adoção e especificidades da adoção LGB	3
2.2. A perspetiva dos profissionais da adoção face à adoção por pessoas LGB...10	
2.3. Perspetivas das pessoas LGB no processo de adoção	13
3. Estudo Empírico	15
3.1. Método	15
3.2. Objetivos do estudo	15
3.3. Participantes	16
3.4. Instrumentos	16
3.5. Procedimentos	17
3.5.1. Procedimentos de recolha de dados.....	17
3.5.2 Procedimento de análise de dados.....	17
4. Resultados	18
4.1. Análise dos estudos de caso	19
Caso 1 (Realizadas duas entrevistas individuais).....	19
Caso 2 (Realizada entrevista a um dos membros do casal, o Luís).....	24
Caso 3 (Entrevista realizada apenas a um dos membros do casal, o José).....	27
4.2. Análise Intercaso	28
1ª Temática: A experiência na construção do projeto de adoção	28
2ª Temática: Opiniões dos/as participantes acerca os serviços e das práticas profissionais	38
5. Discussão.....	43
6. Conclusão	49
Referências bibliográficas	53
Materiais suplementares	59
Apêndices	60
Apêndice A	61

Formulário Online construído com o propósito de recrutamento participantes ..	61
Apêndice B	67
Consentimento Informado	67
Apêndice C	68
Resumo das respostas dos/as participantes às questões colocadas no final das entrevistas	68

1. Introdução

A adoção por casais do mesmo sexo só foi permitida legalmente em Portugal em março de 2016 (Lei nº2/2016; Diário da República) pelo que o número de casos é, ainda, muito reduzido. As estatísticas mais recentes disponíveis (Conselho Nacional para a Adoção, 2018) revelam que, em 2018, apenas 3% ($n = 5$) das crianças foram adotadas por casais do mesmo sexo, contrastando com os 85% ($n = 125$) por casais de sexo diferente. De acordo com a ILGA-Portugal (2017), embora a lei permita a adoção por casais do mesmo sexo, a realidade revela que estes casais ainda enfrentam dificuldades e obstáculos em adotar. Um das dificuldades diz respeito à ausência de formação dos/as técnicos/as que fazem a avaliação destes candidatos/as respeitando as especificidades da sua tipologia familiar (ILGA-Portugal, 2017). Esta necessidade de formação específica para lidar com as adoções por casais do mesmo sexo também foi anteriormente corroborada por Gato, Henriques e Leal (2020).

Por todo o mundo as experiências das/os adotantes lésbicas, gays e bissexuais (LGB¹) têm vindo a ser estudadas, salientando-se as dificuldades sentidas pelos/as mesmos/as ao longo do processo (e.g. Brooks & Goldberg, 2001; Goldberg, 2012; Messina & D'Amore, 2018), não obstante as crescentes medidas legais que têm vindo a ser adaptadas com o objetivo de proteger os direitos das pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero) (European Union Agency For Fundamental Rights, 2020). Estes obstáculos tendem a centrar-se em três temas centrais: a crença dos profissionais da adoção relativamente à incapacidade parental de gays e lésbicas; a ausência de leis que regularizem as diretrizes para as práticas profissionais nas adoções por casais do mesmo sexo; e as atitudes e práticas dos profissionais (Brooks & Goldberg, 2001). O interesse em compreender as experiências dos/as adotantes LGB ainda é recente e a grande maioria dos estudos tem-se centrado nas dificuldades e obstáculos encontrados ao longo do processo formal de adoção. Existe, portanto, um desfalque ao nível das investigações que procurem compreender o fenómeno da adoção LGB de forma mais global. Neste sentido, além de explorar as perspetivas dos/as adotantes LGB sobre os serviços de adoção, nomeadamente os desafios inerentes à sua orientação sexual, torna-se pertinente

¹ Salienta-se que neste trabalho será utilizada preferencialmente a sigla “LGB”. Tal deve-se ao foco desta investigação se centrar nas questões da orientação sexual (lésbica, gay e bissexual) e não nas questões da identidade de género (transsexualidade), que merecem uma reflexão específica (e.g. Marinho, 2019; Tornello & Bos, 2017). Pontualmente, será utilizada a sigla LGBT (por exemplo, quando um determinado estudo abranger a população trans, além das pessoas LGB).

explorar as suas vivências face ao projeto adotivo de forma mais global (e.g. as motivações, a construção da identidade materna/paterna; a construção de uma relação com a criança).

O presente estudo enquadra-se, no Projeto de Investigação “Adoção LGB em Portugal: Reenquadrando Práticas Profissionais”, da responsabilidade da Prof^ª Dr^ª Margarida Henriques (FPCEUP) e do Prof. Dr. Jorge Gato (FPCEUP). Este projeto emergiu na sequência da aprovação de legislação que passou a permitir a adoção por casais do mesmo sexo em Portugal e de um pedido de um conjunto de profissionais de adoção. O objetivo principal do estudo é, portanto, o de qualificar as práticas profissionais, de forma a que estas sejam inclusivas e adequadas às especificidades das famílias homoparentais. Após uma audição da perspetiva dos/as profissionais (Gato, Henriques, & Leal, 2020), seguiu-se a necessidade de conhecer as perspetivas e experiências dos/as adotantes LGB envolvidos/as no processo de adoção, levando à elaboração do estudo exploratório do qual esta tese se ocupou. Assim, este trabalho tem dois objetivos centrais: o primeiro prende-se com a compreensão da vivência do projeto de adoção por parte de casais do mesmo sexo e pessoas lésbicas, gays e bissexuais (LGB), como por exemplo, as suas motivações e inquietações, a construção da identidade materna/paterna e a construção da relação com a criança. O segundo prende-se com a recolha das suas perspetivas face ao processo de adoção e às práticas profissionais no domínio, nomeadamente os aspetos positivos e os negativos, e eventuais sugestões.

A dissertação terá início com o enquadramento teórico onde serão exploradas diversas questões específicas da adoção por pessoas LGB: mudanças legais; a homoparentalidade; algumas controvérsias face ao desenvolvimento das crianças e os aspetos envolvidos no processo de tomada de decisão de adotar, nomeadamente as inquietações e motivações. Posteriormente, serão analisadas as perspetivas dos/as profissionais face à adoção LGB, encerrando-se a secção com as perspetivas dos/as próprios/as adotantes LGB face ao processo de adoção, salientando-se as dificuldades e obstáculos que sentiram, nomeadamente por parte dos profissionais da área da adoção. Posterior à definição dos objetivos específicos do estudo, é apresentado o método utilizado, onde se inclui a descrição dos/as participantes, os instrumentos e os procedimentos de recolha e análise de dados. Seguidamente, são apresentados os resultados do estudo, divididos em duas partes (estudo de caso e análise intercasos), bem como a discussão dos mesmos, teoricamente enquadrada. Finalmente, surge a conclusão onde serão realçados os principais resultados do estudo, exploradas as suas potencialidades e limitações, apontadas algumas implicações para as práticas dos profissionais da área e, finalmente, sugestões para investigações futuras.

2. Enquadramento Teórico

O enquadramento teórico será dividido em três partes: primeiramente, são abordadas as temáticas da adoção e as especificidades da adoção LGB, nomeadamente os aspetos envolvidos no processo de tomada de decisão em adotar. Posteriormente, consta a análise das perspetivas dos/as profissionais da adoção face à adoção LGB, seguindo-se uma reflexão sobre as experiências dos/as adotantes LGB ao longo do processo de adoção. Esta secção será encerrada com o propósito e importância da presente investigação.

2.1. Adoção e especificidades da adoção LGB

Este primeiro ponto iniciar-se-á com uma breve explicação da adoção, enquanto medida de promoção e proteção de crianças e jovens, seguindo-se as questões específicas da adoção LGB: as mudanças legais; a homoparentalidade; algumas controvérsias face ao desenvolvimento das crianças adotadas por casais do mesmo sexo e, por fim, os aspetos envolvidos no processo de tomada de decisão de adotar, nomeadamente as inquietações e motivações.

A adoção, enquanto medida de promoção e proteção de uma criança ou jovem, deve atentar à necessidade de lhe dar uma família que preste os cuidados adequados ao seu ótimo desenvolvimento, e que permita o estabelecimento de vínculos seguros e estáveis (Mascarenhas & Alarcão, 2008). De forma a que tal aconteça, existe um processo gradual de transição da criança ou jovem para uma família com caráter definitivo (Instituto da Segurança Social, 2019). Em Portugal, o processo formal de adoção, transversal a qualquer candidato/a, é composto por um conjunto de etapas obrigatórias: após a apresentação da candidatura, existe uma sessão inicial. Posteriormente, realiza-se o estudo e avaliação da candidatura que requer avaliações sociais e psicológicas ao/a candidato/a. Seguem-se as visitas ao domicílio e diversas sessões de formação para a preparação da parentalidade adotiva (Instituto da Segurança Social, 2019). Por fim, o/a candidato/a recebe um certificado de seleção, válido por 3 anos, passando a encontrar-se em lista de espera (Instituto da Segurança Social, 2019).

A primeira custódia de uma criança a um casal do mesmo sexo (feminino) ocorreu nos Estados Unidos em 1979 e, no ano seguinte, oficializou-se a primeira adoção por parte de um casal do mesmo sexo masculino no estado da Califórnia (Mombian, 2017). Atualmente, a adoção por casais do mesmo sexo é legal em 17 países da Europa. Em 2001 os Países Baixos

foram os pioneiros europeus na legalização da adoção LGB, seguindo-se: Suíça, Espanha, Reino Unido, Islândia, Bélgica, Noruega, Dinamarca, França, Malta, Andorra, Luxemburgo, Áustria, Portugal, Irlanda, Finlândia e Alemanha (ILGA World, 2019).

Não obstante estas mudanças legais, o preconceito e a discriminação contra a parentalidade exercida por pessoas LGB ainda é comum (European Union Agency For Fundamental Rights, 2020). Assim, uma vez que serão analisadas atitudes enviesadas para com pessoas LGB, é fundamental que os termos “heteronormatividade”, “heterossexismo” e “homofobia” sejam compreendidos de forma clara. A “homofobia” é habitualmente utilizada para referir atitudes e/ou comportamentos negativos face a pessoas LGB (Herek, 1984 as cited in Gato et al., 2020), sendo que o “heterossexismo” corresponde a uma ideologia que nega e estigmatiza qualquer atitude e/ou comportamento homossexual (Herek, 1990). Por fim, a “heteronormatividade” refere-se ao reforço de práticas e crenças, mesmo em contextos formais, que privilegiam a heterossexualidade (Warner, 1991 as cited in Gato et al., 2020). Dados recentes do inquérito europeu da European Union Agency For Fundamental Rights (2020) confirmam efetivamente que as pessoas LGBT ainda são vítimas de preconceito e discriminação em várias áreas da sua vida. No que concerne às respostas de pessoas LGBT portuguesas ($n = 4,294$) salientam-se os seguintes resultados: 30% dos indivíduos referem que foram assediados devido à sua orientação sexual; 21% refere não ter reportado às entidades policiais ataques físicos e/ou sexuais, que sofreram recentemente, por temerem possíveis atitudes homofóbicas por parte dos polícias; 57% reportaram que nunca ou raramente dão as mãos ao/à parceiro/a em público com medo de ser agredidos/as, ameaçados/as ou assediados/as pela comunidade e, por fim, salienta-se que 65% das pessoas LGBT nunca ou raramente expõe a sua orientação sexual ou identidade de género (European Union Agency For Fundamental Rights, 2020).

A parentalidade é frequentemente definida de forma heteronormativa, pressupondo-se a existência de um pai e uma mãe, que desempenham papéis distintos e complementares (Wall & Arnold, 2007). Assim, a parentalidade fora da definição supracitada faz emergir argumentos éticos e morais por parte de críticos conservadores, que censuram e questionam a capacidade de casais do mesmo sexo e de pessoas singulares não heterossexuais poderem desempenhar tal papel (Pralat, 2018). Todavia, as capacidades parentais dos gays e das lésbicas não só são semelhantes às de pessoas heterossexuais, como existem domínios em que a homoparentalidade se destaca positivamente, tais como a vigilância parental ou a preocupação e a qualidade da interação progenitor/a – criança (Bos et al., 2007). Biblarz e Stacey (2010) analisaram os resultados de 81 estudos que compararam a parentalidade heteroparental com a

parentalidade homoparental, tendo os mesmos evidenciado resultados mais favoráveis para os casais do mesmo sexo em certos domínios tais como a divisão do trabalho doméstico; a qualidade da relação conjugal e a qualidade das relações pais/mães-filhos. Porém, a homoparentalidade ainda é encarada negativamente por uma grande parte da sociedade, nomeadamente no que diz respeito a dúvida face ao desenvolvimento psicossocial das crianças educadas neste contexto (e.g., Morse et al., 2007). Deste modo, os argumentos contra a homoparentalidade continuam a fazer-se ouvir, centrando-se em seis temas principais (Clarke, 2001): é um pecado; não é normal; é algo egoísta e não tem em conta o superior interesse da criança; coloca as crianças numa posição em que podem ficar confusas em relação à sua identidade sexual e de género, tornando-se elas mesmas gays /lésbicas no futuro; estes pais não são bons modelos para as crianças e, por fim, aumenta o risco destas crianças serem vítimas de bullying homofóbico. Consequentemente, muitos/as adotantes LGB acabam por se sentir ansiosos/as e inseguros/as relativamente às suas capacidades parentais (Shapiro et al., 2009; Shechner et al., 2010). Todavia, no que diz respeito ao desenvolvimento das crianças educadas em contexto homoparental, a literatura tem vindo a revelar que as mesmas têm um desenvolvimento normativo, semelhante ao das crianças que crescem em famílias de casais de sexo diferente (e.g. Flaks et al., 1995; Golombok et al., 2003; Vanfraussen et al., 2003). Particularmente as questões do desenvolvimento psicosexual, nomeadamente a orientação sexual das crianças adotadas por casais do mesmo sexo, geram grande controvérsia (Farr, 2017; Gato & Fontaine, 2010). O senso comum sustenta a crença de que a orientação sexual dos pais adotivos irá ter impacto na orientação sexual destas crianças adotadas. Os resultados de Gato e Fontaine (2013), salientaram estes preconceitos: os/as participantes inquiridos/as acreditavam que crianças adotadas por casais do mesmo sexo tenderiam a imitar a orientação sexual dos pais e, em alguns casos, mesmo os comportamentos de género típicos ficariam comprometidos, nomeadamente no caso dos rapazes adotados por casais de lésbicas. Todavia, a investigação na área (e.g. Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Vecho & Schneider, 2005; Golombok & Badger, 2010) revela que apenas entre 0 a 10% das crianças educadas em contexto homoparental têm uma orientação sexual homossexual, proporção semelhante à encontrada na população em geral (Vecho & Schneider, 2005). Contudo, sabe-se que as crianças adotadas por casais do mesmo sexo apresentam ter uma maior flexibilidade relativamente aos comportamentos típicos do seu género: por exemplo, meninas adotadas por casais de lésbicas têm interesses e tendem a assumir comportamentos tipicamente femininos mas também masculinos (e.g. Anderssen et al., 2002; Gato & Fontaine, 2010; Gato 2014; Stacey & Biblarz, 2001; Sumontha et al., 2017).

Com efeito, estas respostas científicas vêm desconstruir as crenças erróneas sobre os efeitos da orientação sexual dos pais adotivos na orientação sexual das crianças adotadas.

Outra especificidade da homoparentalidade remete para a capacidade dos/as adotantes LGB terem a potencialidade de criar um paralelismo entre as suas experiências enquanto gays/lésbicas e as da criança adotada. Segundo Matthews e Cramer (2005), os/as adotantes LGB, dada a sua orientação sexual, experienciam eventos e transições únicos nas suas vidas que são similares aos das crianças adotadas, salientando-se dois grandes desafios: a gestão da identidade e a gestão da diferença da norma. Para as pessoas LGB existe, primeiro, todo um trabalho de identificação e aceitação da sua orientação sexual. Depois, de revelação dessa informação aos outros e, por fim, de gestão das reações dos outros face à sua orientação sexual. O momento de revelação é particularmente marcante para as pessoas LGB, uma vez que a maioria das famílias rege negativamente ao “*coming out*” (Savin-Williams & Esterberg, 2000), podendo desencadear sentimentos de choque, culpa e raiva (Savin-Williams & Dube, 1998). Por este motivo, e dado recearem ser alvo de rejeição por parte das suas famílias, muitos gays e lésbicas evitam revelar a sua orientação sexual (Morrow, 2004). O segundo desafio enfrentado pelas pessoas LGB relaciona-se com a gestão da diferença da norma, uma vez que a sua orientação sexual minoritária, para uma grande parte da sociedade, é considerada “desviante”. Estes indivíduos recebem frequentemente mensagens heterossexistas, particularmente por parte de entidades religiosas (Clark et al., 1989 as cited in Matthews & Cramer, 2005) e políticas (Swan, 1997 as cited in Matthews & Cramer, 2005), que estigmatizam a sua orientação sexual. Semelhante ao percurso das pessoas LGB, uma criança adotada enfrenta também estes dois desafios na sua vida: primeiramente, a gestão da identidade, em que aprende a definir-se como criança adotada (identificação do self); depois, a revelação do seu estatuto de criança adotada aos outros e, finalmente, a gestão das reações decorrentes dessa revelação. O segundo momento envolve a gestão da diferença da norma, em que a criança compreende e aceita que o seu estatuto de adotada é diferente da norma. Desta forma, o método dos Processos Paralelos, utilizado na intervenção clínica, pode ser usado pelos/as adotantes LGB para ajudarem as crianças a explorar estas problemáticas. Este método consiste em criar um paralelismo entre as suas experiências enquanto gays/lésbicas e as da criança adotada. Pretende-se, portanto, que o/a adotante ensine à criança as estratégias que lhe foram úteis e positivas quando ele/ela próprio/a passou pelas situações supracitadas (e.g. gestão das reações dos outros).

Posto isto, a parentalidade, ou seja, o “desejo de se ser pai/mãe”, é potenciada por diversos fatores, podendo estes ser biológicos, sociais e psicológicos (Burns & Covington,

2006). Este desejo surge comumente após o casamento uma vez que: é um marco fundamental no ciclo vital da família (Duvall, 1988; Mcgoldrick et al., 2016); a chegada de uma criança é perspectivada como algo que trata grande felicidade (Gato et al., 2020; Van Balen & Inhorn, 2002) e, por fim, permite que o casal consiga satisfazer a necessidade de construir um futuro em comum (Langdrige et al., 2000). No caso das pessoas LGB, a adoção é considerada a via primordial para o acesso à parentalidade (Farr & Patterson, 2013; Jennings et al., 2014) pelo que o processo de tomada de decisão nas pessoas LGB, nomeadamente as motivações impulsionadoras e as inquietações, são particulares e envolvem dinâmicas específicas (Santona & Zavattini, 2005). Tais contrastam com a esterilidade e infertilidade, motivos mais comuns na adoção nos casais heterossexuais (Goldberg et al., 2009). A literatura revela que a infertilidade é vivida com especial angústia por parte das mulheres pois, não só sofrem de pressão social para serem mães (Van Balen & Inhorn, 2002), como veem o seu valor pessoal diminuído, acabando, muitas vezes, por assumir a responsabilidade da situação (Greil et al., 1988; Jordan & Revenson 1999 as cited in Leyser, 2009). Da infertilidade, decorre um processo de luto, considerado vital para possibilitar a transição dolorosa e frustrante da experiência biológica para a criação de espaço mental e emocional necessário à aceitação de um filho nascido de outras pessoas (Hoksbergen, 1997; Noy-Sharav, 2002 as cited in Santona & Zavattini, 2005).

No caso das pessoas LGB, a parentalidade é frequentemente pautada por inquietações específicas, dada a sua orientação sexual, e conflitos internos que se devem sobretudo às premissas heteronormativas inconscientes que os próprios indivíduos LGB possuem sobre a família (Messina & D'Amore, 2018). Para alguns e algumas destes/as adotantes, a ideia de que a tipologia familiar típica, em que existe um pai e uma mãe, é a mais “normal”, pode criar angústia e conflitos internos, sendo este preconceito especialmente desafiante para os homens gay (Messina & D'Amore, 2018). Existe, nestes casos, um estigma internalizado face à própria orientação sexual minoritária que integra o sistema de valores do próprio indivíduo (Herek et al., 2009). Consequentemente, pode então criar-se um conflito interno entre o desejo de iniciar a parentalidade e este estigma internalizado (Kleinert et al., 2015).

Por apresentarem limitações em iniciar a parentalidade de forma biológica, os homens gay acabam por tomar a decisão de adotar mais rapidamente do que as suas congéneres lésbicas. Estas últimas tendem a refletir por mais tempo dado terem ao seu dispor várias vias para alcançar a maternidade, nomeadamente de forma biológica (Bos et al., 2003). Por um lado, elas estão conscientes da importância cultural dos vínculos sanguíneos, e de como a maternidade é um elemento central da sua identidade (Goldberg et al., 2009). Por outro lado, também são

expostas a outras perspectivas que valorizam os vínculos afetivos em detrimento dos laços sanguíneos (Weston, 1990 as cited in Goldberg et al., 2009). Sendo assim, torna-se crucial que as mesmas consigam ultrapassar os conflitos internos sobre a sua identidade sexual e a maternidade (Chabot & Ames, 2004). Não obstante, estudos como o de Gato e colaboradores (2020), salientam que as mulheres lésbicas tendem mais a pretender ter filhos do que os homens gays. Todavia, tanto para os homens gay como para as mulheres lésbicas, a antecipação de mais estigma aquando da parentalidade está associada a uma menor propensão para querer ter filhos.

Outra inquietação que perlonga o período de ponderação da decisão corresponde à antecipação de resistências e preconceitos de que a criança pode vir a ser alvo por parte da sociedade (Costa & Tasker, 2018; Messina & D'Amore, 2018; Shechner et al., 2010). Esta inquietação pode traduzir-se nas preferências do género da(s) criança(s) adotada(s), tal como se verificou nos resultados do estudo de Goldberg (2009). Enquanto que os adotantes homens heterossexuais não pareciam apresentar preferência pelo género da criança, os adotantes gay preferiam adotar rapazes. Já nas adotantes do género feminino, heterossexuais ou lésbicas, predominava o desejo de adotar raparigas. A explicação apresentada pelas lésbicas e pelos gays relacionava-se com dúvidas relativamente a educar uma criança que fosse de um género distinto do seu, pois temiam não saber dar informações de socialização específicas do outro género. Não obstante as preferências referidas pelas pessoas LGB, tanto os gays como as lésbicas reportaram que adotar rapazes traria algumas inquietações acrescidas, uma vez que previam que os rapazes viriam a enfrentar obstáculos e situações preconceituosas mais exacerbadas do que as raparigas.

Tendo em conta o supracitado, as motivações impulsionadoras envolvidas no processo de decisão para a adoção por parte das pessoas LGB aparentam ser mais complexas, levando mais tempo a ponderar do que as dos casais de sexo diferente (Costa & Tasker, 2018). Costa e Tasker (2018) procuraram compreender as motivações de 366 adotantes LGB do Reino Unido, sendo que as mesmas se centraram em duas categorias: no/a próprio/a adotante ou na criança. Quando o foco era o/a adotante, os autores designaram por motivações “individualistas” em que o desejo de se tornar pai/mãe era o grande impulsionador. Por outro lado, quando o foco era a criança, nomeadamente o desejo de dar àquela criança uma família, foram designadas como motivações mais altruístas e morais. Todavia, os autores verificaram que ambos os focos estavam fortemente interligados, sendo que os/as adotantes criavam uma ligação entre os dois tipos de motivações de forma simétrica e não hierárquica. Assim, as motivações altruístas estendem-se à adoção de crianças com raça e etnias distintas das/os adotantes (Goldberg, 2009).

Neste sentido, os casais do mesmo sexo são por vezes descritos como os/as “adotantes preferenciais” (Varon, 2000 as cited in Matthews & Cramer, 2006, p. 334): não só encaram a adoção como a via primordial de acesso à parentalidade, como demonstram maior abertura em adotar crianças com diferentes características das suas, comparativamente aos casais de sexo diferentes (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002).

Outro fator que pode ser altamente impactante no processo de tomada de decisão de adotar é a variável económica. Deste modo, os/as adotantes LGB tendem a decidir iniciar a caminhada de acesso à parentalidade quando se encontram numa posição financeira e social que lhes permite ter condições de dedicar tempo e energia à criança que estão a cuidar (Crouch et al. 2014). Ainda, assim, a adoção é encarada como o método mais acessível de acesso à parentalidade, comparativamente com a gestação de substituição, por exemplo (Jennings et al., 2014).

Por fim, a existência de redes de apoio formais e informais pode influenciar a tomada de decisão, uma vez que são uma das “chaves” para o bom funcionamento de famílias adotivas (Gallant, 2000). Nomeadamente para os casais do mesmo sexo, dados os obstáculos e dificuldades que estes podem encontrar ao longo do processo de adoção (e.g. atitudes heterossexistas e heteronormativas por parte dos profissionais) (Messina & D’Amore, 2018), a existência de apoio por parte da família e amigos pode constituir-se com um fator protetor (Kingles & Goldberg (2011). No estudo Kingles e Goldberg (2011), 37 adotantes LGB que residiam em zonas menos citadinas, salientaram a importância das redes de apoio tais como a família, amigos e vizinhos. Para estes/as adotantes, o acesso a recursos de apoio na comunidade é mais escassa, pelo que estas redes de apoio desempenham um papel de apoio fundamental, criando um ambiente onde os efeitos negativos criados pelas dificuldades que enfrentam (e.g. resistência dos serviços; atitudes preconceituosas dos profissionais) são apaziguados (Meyer, 2003 as cited in Kingles & Goldberg, 2011). Todavia, a literatura não é unânime no que concerne à melhor fonte de apoio para os/as adotantes LGB: se são os amigos ou se é família alargada. Por um lado, estudos como os de DeMino e colaboradores (2007) revelam que as lésbicas tendem a receber mais apoio por parte das famílias de origem e menos apoio por parte dos seus amigos. Por outro lado, segundo os estudos de Kurdek (2001; 2006), os gays e as lésbicas tendem a receber mais apoio por parte dos amigos e menos por parte das suas famílias.

Em suma, para as pessoas LGB, a adoção é considerada a via primordial de acesso à parentalidade (Farr & Patterson, 2013; Jennings et al., 2014), comparativamente aos casais de sexo diferente que são frequentemente motivados por questões de infertilidade (Goldberg et al., 2009). Não obstante, o processo de tomada de decisão é pautado por inquietações inerentes à

orientação sexual minoritária dos/as adotantes (Costa & Tasker, 2018; Messina & D'Amore, 2018; Shechner et al., 2010). No sentido de se compreender de forma holística a adoção LGB, na subsecção seguinte serão exploradas as perspetivas dos profissionais da adoção relativamente a este fenómeno.

2.2. A perspetiva dos profissionais da adoção face à adoção por pessoas LGB

A presente subsecção emergiu da pertinência em compreender as perspetivas dos profissionais dos serviços de adoção relativamente à adoção por casais do mesmo sexo e singulares LGB, pelo que serão analisados os resultados de alguns estudos que se focaram nesta temática. Em Espanha, Fernández Molina e Alarcón (2015) auscultaram 38 profissionais da adoção sobre as suas perspetivas face à homoparentalidade. Em Portugal, três estudos focaram-se em compreender qual a perceção e a atitudes dos profissionais face à adoção LGB. O primeiro estudo de Gato, Freitas e Fontaine (2012), contou com 1288 futuros intervenientes na rede social, ou seja, estudantes cuja profissão futura iria permitir o contacto com famílias homoparentais. O segundo, de Xavier, Alberto e Mendes (2019), envolveu grupos focais com 19 profissionais envolvidos nas adoções (psicólogos, assistentes sociais, advogados e juizes). Por último, Gato, Henriques e Leal (2020; Gato & Henriques, 2018) auscultaram uma amostra de 12 profissionais da adoção. Genericamente, os/as profissionais e futuros profissionais revelaram uma atitude positiva face à adoção LGB (Fernández Molina & Alarcón, 2015, Gato et al. 2012; Gato, et al., 2020; Gato & Henriques, 2018; Xavier et al., 2019). No caso do estudo espanhol, destacam-se dois resultados: primeiramente, apesar da grande maioria dos profissionais ter reportado que crescer numa família homoparental pode ser positivo, também argumentavam que tal pode aumentar a possibilidade da criança ter problemas de integração social, nomeadamente com os pares (Fernández Molina & Alarcón, 2015). No entanto, relativamente a esta problemática, a literatura (e.g. Fairtlough, 2008; Leddy et al., 2012; Robitaille & Saint-Jacques, 2009) tem vindo a salientar que os filhos de mães lésbicas e pais gays aparentem ter uma relação positiva com os pares, em que apenas uma minoria ainda é alvo de atitudes e comportamentos estigmatizantes e homofóbicos. O segundo resultado a destacar do estudo de Fernández Molina e Alarcón (2015), refere-se à capacidade dos profissionais da adoção reconhecerem que as exigências e os requisitos para poderem adotar devem ser iguais quer para casais do mesmo sexo quer para casais de sexos diferentes. Esta atitude demonstra que os/as adotantes LGB e os adotantes heterossexuais são encarados

similarmente em termos de recursos, competências e capacidades parentais. Os profissionais ressaltam que, no caso das avaliações da personalidade casais do mesmo sexo, é importante saber em que medida estes/as adotantes aceitam a sua orientação sexual.

No que concerne ao estudo de Gato, Freitas e Fontaine (2012), destaca-se que, não obstante a avaliação positiva feita às competências parentais dos candidatos LGB por parte dos futuros profissionais, estes acabavam por avaliar mais positivamente a parentalidade heterossexual comparativamente à homoparentalidade. Por fim, contrariamente aos resultados do estudo de Fernández Molina e Alarcón (2015), os futuros profissionais acreditavam que as pessoas gays e lésbicas teriam uma capacidade deficitária de transmitir valores morais e religiosos. Tal representa uma apreciação preconceituosa que, no futuro, pode refletir-se na diminuição da probabilidade de atribuição da custódia de uma criança a casais do mesmo sexo por parte dos futuros profissionais envolvidos na tomada de decisão. Assim, os resultados deste estudo vêm demonstrar que, efetivamente, os julgamentos feitos pelos futuros profissionais são influenciados pela sua orientação sexual do/a candidato/a.

Os resultados do estudo de Xavier, Alberto e Mendes (2019) são pautados por grandes nuances nos pontos de vista dos profissionais face à adoção LGB, sendo que os advogados foram os profissionais que se mostraram especialmente apreensivos face à possibilidade dos/as adotantes LGB adotarem, alegando que tal “não é natural”. Relativamente a este estudo destaca-se que, de uma maneira geral, os profissionais não consideravam que a orientação sexual tivesse influência ao nível da parentalidade, alegando que este aspeto depende maioritariamente das competências individuais. Todavia, quando questionados sobre a influência da orientação sexual no desenvolvimento das crianças, as opiniões dos profissionais divergiram-se em que uns acreditavam que tinha influência, principalmente ao nível do ajustamento social, e outros, nomeadamente os psicólogos, acreditavam que não tinha influência. Para além disso, as narrativas dos participantes revelaram-se claramente influenciadas pelas suas posições pessoais em vez de conhecimentos científicos. Não obstante, os profissionais consideravam importante existirem mais investigações sobre as especificidades das famílias homoparentais e mais formação sobre estas especificidades. Tais resultados ecoam com os do estudo de Gato e colaboradores (2020; Gato & Henriques, 2018), em que os profissionais, quando questionados sobre competências multiculturais necessárias, salientaram a falta de formação científica relativamente à parentalidade nos casais do mesmo sexo e ao desenvolvimento destas crianças em famílias homoparentais. No entanto, estes resultados contrastam com os do estudo espanhol, uma vez que os profissionais não consideravam importante terem formação sobre a temática da adoção LGB.

Por último, relativamente ao estudo qualitativo de Gato e colaboradores (2020; Gato & Henriques, 2018), emergiram nos discursos de profissionais de adoção dois temas centrais: (1) os desafios sentidos no trabalho com adoções LGB e (2) as competências multiculturais necessárias para exercer este trabalho. No que concerne aos desafios, um aspeto frequentemente referido foi a perceção de que a sociedade ainda não está preparada para aceitar crianças adotadas por casais do mesmo sexo. Para além disso, as profissionais referiram como desafiante as questões ligadas à identidade sexual dos/as adotantes, nomeadamente a aceitação e abertura dos próprios face à sua orientação sexual, e a preparação da criança. Tais resultados assemelham-se às inquietações enumerados pelos profissionais espanhóis: uma das maiores dificuldades nas adoções LGB é o facto da sociedade ainda não estar preparada para as aceitar e é importante compreender em que medida o/a candidato/a aceita a sua orientação sexual. Uma questão levantada apenas pelos profissionais portugueses, prendia-se com a relação que os/as adotantes tinham com a sua família de origem. Segundo os profissionais, o momento em que partilham a sua orientação sexual com a família, pode ter criado uma rutura entre os elementos, pelo que consideram importante perceber a relação que os/as adotantes mantêm com as suas famílias. Por fim, relativamente às profissionais portuguesas (Gato et al., 2020; Gato & Henriques, 2018), quando questionadas sobre a influência dos seus próprios valores, algumas assumiam que estes podiam influenciar as suas práticas; porém, outras consideravam ser possível manter a neutralidade, uma vez que no momento da avaliação “vestiam o papel” de técnicas.

Este estudo, bem como o de Xavier e colaboradores, reafirmam a necessidade de se refletir sobre a influência dos valores pessoais dos profissionais e em como os mesmos podem enviesar as suas práticas. A falta de consciência dos profissionais relativamente à complexidade da adoção LGB pode levar a que estes não considerem pertinente a existência de formações sobre esta temática, tal como se verificou nos resultados Fernández Molina e Alarcón (2015). Esta lacuna na formação dos/as profissionais, pode tornar as suas práticas altamente enviesadas, levando a que estes, tal como foi referido pelas próprias profissionais (Gato et al., 2020; Gato & Henriques, 2018), recorram às suas próprias ideias e experiências na forma de trabalhar com estes candidatos. Neste sentido, Ryan (2000) verificou que a formação específica dos profissionais da adoção sobre as famílias homoparentais e o desenvolvimento das crianças nestas famílias, tem um impacto positivo e altamente significativo nas atitudes dos profissionais da área. Assim, colmatar a falta de formação adequada dos profissionais nesta área constitui um dos tópicos mais prementes a ser trabalhado, de forma a reduzir os obstáculos que têm vindo a ser referidos.

2.3. Perspetivas das pessoas LGB no processo de adoção

Em Portugal ainda não existem estudos que tenham ouvido as experiências de adotantes LGB após a legalização da adoção em 2016 (Lei nº2/2016; Diário da República). Contudo, a nível internacional, os estudos têm revelado que, segundo os/as adotantes LGB, muitos dos stressores e obstáculos que enfrentam frequentemente ao longo do processo de adoção, radicam em atitudes heterossexistas e heteronormativas por parte dos profissionais (Messina & D'Amore, 2018).

No estudo realizado por Messina e D'Amore (2018), adotantes LGB da Bélgica, França e Espanha foram ouvidos no sentido de perceber os desafios que encontram no caminho para a parentalidade através da adoção. Os/as adotantes referiram que mesmo antes de iniciarem o processo formal de adoção, surgiram grandes inseguranças e conflitos emocionais internos, nomeadamente face ao bem-estar da criança uma vez que esta poder vir a ser alvo de discriminação (ver também Costa & Tasker, 2018; Shechner et al., 2010). Para além disso, no que concerne às barreiras sociolegais, embora estas variem consoante as leis específicas de cada país, a grande maioria dos/as participantes sentiram, a um dado momento, que estavam a ser discriminados/as unicamente pela sua orientação sexual. Tal leva a que muitos adotantes LGB receiem explicitar a sua orientação sexual aos profissionais, pois temem não encaixar nas expectativas heteronormativas que estes possam ter (Mallon, 2000 as cited in Goldberg et al., 2007; Wood, 2015). Por vezes, estes/as adotantes acabam mesmo por ser desencorajados pelos profissionais a revelar a sua orientação sexual (Matthews & Cramer, 2006). Assim, ainda que os/as adotantes LGB possam não encontrar uma rejeição imediata por parte dos serviços de adoção (Wood, 2015), acabam por sentir que existem algumas práticas possivelmente enviesadas dada a sua orientação sexual. Uma dessas práticas pode passar pelas propostas de crianças que os/as adotantes LGB tendem a receber. A literatura tem vindo a demonstrar que as crianças “mais desafiantes” são mais frequentemente colocadas com os casais do mesmo sexo e singulares gays e lésbicas (e.g. Brooks & Goldberg, 2001; Costa & Tasker 2018; Matthews & Cramer, 2006) e os/as próprios/as adotantes já esperam que tal aconteça (Costa & Tasker 2018). Brooks e Goldberg (2001) apresentam dois possíveis motivos para o fenómeno: por um lado, os profissionais podem estar a colocar as “crianças mais desafiantes” com os/as adotantes LGB, por estarem conscientes dos aspetos fortes da homoparentalidade. Por outro lado, o fenómeno também pode ser encarado como um ato subtil de discriminação por parte dos profissionais. Para muitos/as adotantes LGB, serem confrontadas/os com atitudes e crenças negativas por parte dos profissionais da área é sentido como um dos maiores obstáculos ao

longo do processo de adoção (Brooks & Goldberg, 2001). Para além disso, os/as mesmas referem que enfrentaram diversas situações negativas e heterossexistas, desde formas menos diretas tais como ausência de linguagem inclusiva nos formulários, a formas mais extremas como a recusa dos profissionais em trabalhar com eles (Goldberg, 2012). Contrastando com o supracitado, no estudo de Ryan e Whitlock (2007), 96 adotantes lésbicas norte americanas referem ter tido uma experiência de adoção positiva, reportando elevados níveis de satisfação, nomeadamente no que concerne às capacidades dos profissionais em dar resposta às suas inquietações com os processo de adoção.

Em suma, a homoparentalidade ainda é encarada como negativa por uma grande parte da sociedade, nomeadamente para a criança (Morse et al., 2007). Por um lado, na perspetiva dos próprios profissionais, embora estes acreditem que percecionam a homoparentalidade como algo positivo, os estudos têm demonstrado que algumas das suas práticas podem estar enviesadas, beneficiando os casais de sexo diferente (Fernández Molina & Alarcón, 2015; Gato et al., 2012). Por outro lado, segundo a perspetiva dos/as próprios/as adotantes LGB, as suas experiências ao longo do processo de adoção são pautadas por dificuldades e obstáculos, inerentes à sua orientação sexual minoritária, sentidos especialmente nas atitudes e práticas profissionais (e.g. Brooks & Goldberg, 2001; Goldberg, 2012; Messina & D'Amore, 2018). Tal como já foi salientado, ainda não existem estudos portugueses que se tenham focado nas experiências de adotantes LGB. Com efeito, e fazendo parte de um estudo articulado, o presente estudo tem como focos conhecer as vivências dos/as adotantes gays e lésbicas relativamente ao projeto adotivo e explorar quais perspetivas dos/as mesmos/as face ao processo formal de adoção e as práticas profissionais no domínio.

3. Estudo Empírico

3.1. Método

O presente estudo qualitativo e exploratório está inserido no Projeto de Investigação “Adoção LGB em Portugal: Reenquadrando Práticas Profissionais”, na vertente da exploração do fenómeno através experiência e visão dos/as próprios/as adotantes LGB, com vista a enriquecer o conhecimento que servirá de base ao planeamento de formação profissional e qualificação de práticas ajustadas à inclusão deste tipo de família. Assim, teve como foco aprofundar os conhecimentos relativos às experiências ao longo do processo de adoção por parte dos casais do mesmo sexo e singulares LGB. Com tal propósito, realizaram-se entrevistas semiestruturadas que exploraram o seu envolvimento no processo de adoção, através de três temáticas: a experiência como adotante, a opinião relativamente ao próprio processo e, por fim, sugestões quanto às práticas profissionais no domínio.

3.2. Objetivos do estudo

No presente estudo foi privilegiada a experiência individual, os significados atribuídos e a visão única de cada participante relativamente à sua experiência do processo de adoção, abordado em duas vertentes: (a) vivência do projeto de adoção por parte de casais do mesmo sexo e pessoas LGB, nomeadamente enquanto pai/mãe por adoção; (b) perspetivas dos/as participantes face ao processo de adoção e às intervenções profissionais no domínio, nomeadamente os aspetos positivos e os negativos, e eventuais sugestões. Considerando as duas vertentes, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Conhecer as motivações, inquietações e fatores que impulsionaram a tomada de decisão para iniciar o processo de adoção;
2. Explorar a dinâmica das relações familiares com a(s) criança(s) nos casos em que a(s) mesma(s) chegou(aram) a casa;
3. Explorar as dinâmicas familiares com a família alargada e a rede de amigos enquanto fontes de apoio;
4. Conhecer quais os recursos e estratégias utilizadas para fazer face às dificuldades e obstáculos ao longo do processo de adoção;
5. Explorar de que forma é gerida a comunicação nas famílias homoparentais relativamente à adoção e à orientação sexual/estrutura familiar do/a(s) adotante(s);

6. Identificar aspetos positivos, aspetos negativos e sugestões em torno das práticas profissionais, de acordo com as perspetivas dos/as adotantes.

3.3. Participantes

Tendo em vista a análise compreensiva, centrada na experiência individual, o foco não é a definição de uma grande amostra, mas sim a seleção de sujeitos cujas experiências de vida se constituem pertinentes para a atual investigação, que permitam enriquecer e diversificar os conhecimentos no domínio (Guerra, 2006).

O recrutamento dos/as participantes foi por conveniência, tendo os/as mesmos/as sido contactados/as pelos investigadores via e-mail. Foram realizados 11 contactos, embora apenas quatro participantes tenham acordado em participar: o caso de um casal acabou por se mostrar inviável dado imprevistos que surgiram no processo de pré-adoção em curso; duas situações em que as pessoas acabaram por não se sentir com disponibilidade para ser entrevistadas dado ainda não se terem efetivado as adoções; duas pessoas não tiveram interesse em participar pois não queriam expor o seu caso e, por fim, um outro caso tornou-se inviável devido à pandemia de COVID-19 e subsequentes alterações no trabalho do candidato, que o levaram a ficar indisponível.

Relativamente aos quatro participantes, correspondem a três processos de adoção: (1) um casal feminino, Sara e Esmeralda (nomes fictícios), de 43 e 44 anos, respetivamente. São estrangeiras e adotaram em 2018 em Portugal dois irmãos, o Manuel e a Andreia (nomes fictícios), com 11 e 8 anos, à data da realização das entrevistas às mães; (2) um elemento de um casal masculino, o Luís (nome fictício), de 53 anos, natural da América do Sul. Em 2010 adotou nacionalmente no seu país o Alexandre (nome fictício) ainda bebé. Por fim, (3) o José, também um elemento de um casal masculino, é português e tem 50 anos. No momento em que se realizou a entrevista, o casal encontravam-se na fase de espera após o parecer positivo por parte do Serviço de Adoções.

3.4. Instrumentos

Privilegiando-se a metodologia qualitativa e o cariz exploratório do estudo, foi eleita a entrevista como instrumento que permite mergulhar no universo de experiências e significados únicos (Patton, 2002), para a compreensão do fenómeno que é a adoção por casais do mesmo sexo. As entrevistas semiestruturadas seguiram um guião elaborado para o efeito, integrando um conjunto de temas-chave que emergiram da literatura e que correspondem aos objetivos proferidos: as motivações e inquietações durante a fase de tomada de decisão de adotar; as

experiências ao longo do processo formal de adoção; as redes de suporte; as estratégias de *coping* utilizadas na pré e pós-adoção; a construção da identidade paterna/materna; a comunicação sobre a adoção e estrutura familiar com a criança, e a perspectiva sobre as atitudes e práticas dos profissionais positivas e negativas, e sugestões face às mesmas. No final das entrevistas, foram colocadas algumas questões fechadas, pedindo aos/às participantes que se posicionassem, numa escala de *Likert* de cinco pontos face à intensidade de satisfação sobre: o processo de adoção; a adoção em si; a comunicação sobre a adoção e a sua orientação sexual/estrutura familiar com a(s) criança(s); o apoio prestado pela família e a rede de amigos e, por fim, sobre os serviços de pós-adoção (Apêndice C)

3.5. Procedimentos

3.5.1. Procedimentos de recolha de dados

Com o propósito de se recrutar participantes voluntários, foi elaborado um formulário online (Apêndice A) onde constava a divulgação do estudo. O link do mesmo foi disseminado a um conjunto de indivíduos conhecidos da equipa de investigação, incluindo pessoas heterossexuais, de forma a que estes pudessem reencaminhar o formulário caso conhecessem algum candidato LGB. As pessoas LGB que tivessem interesse em participar, submetiam o seu e-mail para ser contactadas pela investigadora. Via e-mail, eram lembrados os objetivos do estudo e esclarecidas eventuais questões. Posteriormente à confirmação dos participantes, era agendado um momento, presencialmente ou via Skype, para ser realizada a entrevista, assegurada pela investigadora do presente estudo. Devido à localização de três participantes (Europa e América do Sul), as suas entrevistas foram realizadas por Skype. De forma a respeitar o distanciamento social necessário durante a pandemia de COVID-19, bem como a impossibilidade de um participante em realizar a entrevista por Skype, a mesma foi realizada por e-mail. O anonimato e a confidencialidade das informações partilhadas pelos/as participantes foram sempre assegurados, tendo sido fornecido a cada participante um “Consentimento Informado” antes do início de cada entrevista (Apêndice B).

3.5.2 Procedimento de análise de dados

Todas as entrevistas realizadas por Skype foram áudio-gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra. O método qualitativo usado foi a análise temática, aplicada através do modelo de Investigação Qualitativa Consensual proposto por Hill (2012), o qual segue a aplicação de um procedimento manualizado, em que os investigadores definem em consenso as “*core ideas*”, a seguir os “domínios” temáticos e, finalmente, passam a uma fase de “*cross-*

analysis”, em que a grelha de conteúdos anteriores é aplicada aos casos seguintes. Como forma de validação da análise realizada, os resultados foram analisados por um auditor externo, o que permite reduzir possíveis vieses dos investigadores.

De uma forma sintética, a análise do conteúdo das transcrições passou pelos seguintes passos: primeiramente, criaram-se *core ideas* que sintetizavam a informação referida pelos/as participantes, de forma clara e concisa. Consoante as temáticas que iam emergindo nas *core ideas*, foram elaborados domínios: uma lista de tópicos úteis e com significado face à entrevista. Os domínios representam tópicos mais abrangentes sobre o tema, pelo que foram criadas categorias que permitissem organizar as *core ideas* de forma mais específica. Assim, para cada participante, foi criada uma tabela onde consta a transcrição bruta daquilo que é referido pelo participante, de seguida a *core idea*, o domínio e a categoria que melhor representa essa informação. Seguiu-se a *cross-analysis* que permitiu identificar os temas comuns e transversais aos discursos dos/as vários/as participantes.

Resultante da análise temática emergiram duas grandes temáticas: a experiência dos/as adotantes LGB na construção do projeto de adoção e as suas opiniões acerca dos serviços e práticas profissionais. A primeira grande temática dividiu-se em seis domínios: (1) Motivações e tomada de decisão; (2) Pretensões; (3) Chegada, Transição e adaptação da/s criança/s e fase de Pré-adoção; (4) Identidade materna/paterna; (5) Comunicação sobre a adoção e a estrutura familiar minoritária e (6) Desafios e dificuldades. A segunda grande temática, representada no domínio “Avaliação global do processo”, inclui as categorias “Aspetos positivos”, “Aspetos negativos” e “Sugestões”. Para cada domínio foi construído um esquema que permite a visualização geral de cada domínio e as categorias e subcategorias associadas.

4. Resultados

A apresentação e análise dos resultados do estudo será dividida em duas partes. A primeira parte irá corresponder à análise intracaso, onde consta a descrição da família bem como informações detalhadas e específicas acerca do seu processo de adoção. Pretende-se, desta forma, dar a conhecer as experiências individuais de cada família através de uma narrativa que sintetiza toda a informação recolhida a partir das entrevistas realizadas. Para o efeito pretendido, cada entrevista foi lida várias vezes, tendo sido identificada informação descritiva dos acontecimentos que permite conhecer a vivência do processo de adoção para cada adotante. Assim, para a descrição do Caso 1, como foram realizadas duas entrevistas individuais, a narrativa integra a informação de ambas. Relativamente aos Casos 2 e 3, uma vez que apenas

foi possível realizar a entrevista a um dos elementos do casal, as narrativas são baseadas na sua perspetiva individual.

A segunda parte corresponde à análise temática intercasos, estando dividida em duas temáticas. A primeira centra na experiência dos/as adotantes na construção do projeto de adoção e engloba os seguintes aspetos: motivações e tomada de decisão de adotar; pretensões; chegada, transição e adaptação da criança e fase de pré-adoção; construção da identidade materna e paterna; comunicação sobre a adoção e estrutura familiar minoritária e os desafios e dificuldades. A segunda temática corresponde às opiniões dos/as participantes relativamente aos serviços e práticas profissionais ao longo das diversas fases do processo de adoção, nomeadamente os aspetos positivos, as críticas e os aspetos negativos e, por fim as sugestões. Para este efeito, recorreu-se ao método de investigação qualitativa consensual (Hill, 2012) descrito no Procedimento de análise de dados.

4.1. Análise dos estudos de caso

Caso 1 (Realizadas duas entrevistas individuais)

A família nuclear é constituída por um casal do mesmo sexo, a Sara e Esmeralda (nomes fictícios), e os seus filhos, o Manuel e a Andreia (nomes fictícios), irmãos entre si e os quais foram adotados em maio de 2018. As mães são de nacionalidade estrangeira e a família reside atualmente num país Europeu. A mãe Sara, de 43 anos, é Professora Universitária, e doutorada na área da educação. A mãe Esmeralda, de 44 anos, é licenciada, sendo responsável pela área tecnológica numa cadeia de hotéis. O Manuel e a Andreia têm atualmente 11 e 8 anos de idade, respetivamente, sendo que Portugal é o seu país de origem.

Durante vários anos a Sara e Esmeralda foram falando sobre a questão de terem filhos e uma vez que nunca sentiram o desejo de procriar por via biológica, a adoção constituiu-se como a via escolhida de acesso à parentalidade. Após o casamento e a aquisição de estabilidade económica e laboral, acreditavam que a adoção seria o próximo passo. Em 2016, a adoção por casais do mesmo sexo foi legalizada no país em que residem, tendo sido este acontecimento um dos grandes impulsionadores da tomada de decisão em iniciar o processo de adoção por parte destas mães. Dado no país de origem ser reduzido o número de crianças disponíveis para adoção nacional, em 2018, Sara e Esmeralda decidiram iniciar o seu processo de adoção internacional. Escolheram adotar em Portugal por este ser dos poucos países com acordo de adoção LGB e por não implicar demasiados recursos económicos, comparativamente com outros países com acordo, nomeadamente a América Latina. Todavia, durante a fase de

ponderação, surgiram algumas inquietações, nomeadamente as próprias perspetivarem virem a ser alvo de atitudes e comportamentos discriminatórios ao longo do processo de adoção.

As mães percorreram as etapas legais predefinidas no seu país para se candidatarem a adoção: frequentaram um curso de preparação com a duração de três meses, com horário semanal de 3h, em que eram trabalhadas desde questões básicas da parentalidade, às questões legais. Para além disso, Sara e Esmeralda foram alvo de avaliações psicológicas no sentido de compreender as suas motivações. Posteriormente, foram realizadas três visitas domiciliárias onde foram avaliadas as condições da residência e as redes de apoio disponíveis. Para além disso, uma vez que se tratava de uma adoção internacional, as mães tiveram de submeter a documentação necessária às entidades portuguesas responsáveis. No que concerne às pretensões, para além do interesse por uma fratria, as mães não apresentaram qualquer preferência relativamente à idade ou problemas de saúde. Este último aspeto foi alvo de bastante negociação no casal uma vez que, segundo a Sara, a Esmeralda sentia-se mais receosa em adotar uma criança com um estado de saúde exigente.

Um mês após o parecer positivo por parte das Equipas de Adoções do país de origem e de Portugal, as mães começaram a receber os perfis das crianças disponíveis para adoção. Sara e Esmeralda referem que o tempo de espera foi curto contrariamente ao que antecipavam, acreditando que tal se prendeu com a ausência de restrições ao nível das pretensões apresentadas. Em dezembro de 2018, viram os perfis dos atuais filhos: uma menina de 5 anos, que vinha sinalizada com um atraso ao nível da linguagem, e o seu irmão de 8 anos. Sara refere que a presença de fotografias no perfil das crianças ajudou a que se criasse um interesse especial por elas, pelo que houve um “clique” mal as mães viram o perfil do Manuel e da Andreia (Sara²: *“Nós vimos os perfis dos nossos filhos e pensámos “bam!”*).

Começaram a comunicar com os filhos e quatro meses depois a Sara e a Esmeralda viajaram para Portugal, onde permaneceram por um mês. Durante esse período de quatro meses foi implementado o Programa de Preparação da Criança para a Adoção (Henriques et al., 2017) para preparar as crianças para a transição para a sua nova família. As mães referem que as crianças sempre pareceram felizes, tendo demonstrações de afeto para com elas desde o primeiro encontro. Quando a nova família regressou ao país de origem das mães, as crianças foram inscritas num acampamento (*“Adventure Camp”*) de forma a que se habituassem à nova cultura e língua. Durante o período de verão, as mães pediram alternadamente a licença de maternidade prevista pela lei (14 semanas com direito ao ordenado na íntegra mais quatro

² Todos os excertos das citações da Sara e Esmeralda foram traduzidas de Inglês para Português.

semanas com metade do ordenado garantido). A mãe Sara foi a primeira a pedir a licença até ao verão e, posteriormente, a mãe Esmeralda pediu a licença, de forma a que pudessem passar o verão juntos em família.

No que concerne à **transição e à adaptação**, as mães referem que o Manuel e a Andreia se adaptaram muito bem à mudança. Deduzem que o facto de os filhos terem estado numa instituição pequena facilitou a sua adaptação, uma vez que não havia mudança frequente de funcionários, permitindo que estes desenvolvessem laços seguros com os técnicos da instituição. Ao nível da **gestão da língua**, foi uma barreira facilmente ultrapassada uma vez que mães foram fazendo, gradualmente, a transição de português para a sua língua materna: inicialmente usavam o português (previamente à chegada dos filhos aprenderam o básico desta língua), depois o inglês (por ser uma língua comumente falada no país de origem) e, por fim, sua própria língua materna. Referem ter utilizado aplicações como o Duolingo e o Google Tradutor para facilitar a aprendizagem de idiomas. Um aspeto realçado pelas mães foi a rapidez com que o Manuel e a Andreia deixaram de falar português quer com elas, quer entre si, cessando a comunicação em português por volta de três meses após a chegada. As mães referem que o filhos sempre integraram muito bem, tanto na família alargada como na rede de amigos das mães. Mencionam que tanto as famílias delas como os amigos mais próximos sempre se mostraram bastante satisfeitos com a adoção, constituindo-se como fontes de apoio. Todavia, por questões de saúde da mãe da Sara, o apoio é prestado maioritariamente pelos pais da Esmeralda. Face à satisfação do apoio prestado pela família e ao apoio prestado pela rede de amigos, ambas atribuíram 5 na escala de *Likert*, correspondendo a “Completamente Satisfeitas”.

De acordo com as mães, as **dinâmicas familiares** foram estabelecidas de forma natural. Relativamente à forma como chamam as mães, o Manuel e a Andreia utilizam os diminutivos dos seus nomes (e.g. “mãe Sa. e mãe Es.”) quando ambas estão no mesmo espaço, caso contrário apenas chamam de “mãe”. Segundo a Sara, embora ambos os filhos tenham uma ótima relação com as mães, o Manuel rapidamente acordou com a Andreia “quem ficava com que mãe”, chegando a distribuir os animais de estimação também (Sara: “*Parecia que eles já tinham tido a discussão e tinham decidido qual mãe pertence a que criança, e eu sei isso porque todas as vezes que estávamos a caminhar, ele ia sempre com a Esmeralda e a Andreia vinha agarrar a minha mão (...) ele também decidiu que o cão era dele e o gato era da Andreia*”). Por exemplo, quando andam na rua o Manuel vai ao lado da Esmeralda e a Andreia agarra a mão da Sara.

Por fim, no que concerne às práticas educativas, a Esmeralda refere ter uma postura mais rígida com os filhos do que a Sara. Para si, uma grande aprendizagem enquanto mãe foi saber adaptar as suas expectativas em relação aos filhos, aquilo que está errado e o que são comportamentos normais das crianças (Esmeralda: *“No início eu acho que era demasiado extra, tinha expectativas muito altas no que toca ao que eles deviam ou não estar a fazer, e a um dado momento, tive que perceber que uma criança apenas pode ser pressionada até certo ponto e há alturas em que não estão a ser maldosas, mas estão apenas a ser crianças”*). Por outro lado, a Sara, dado na sua profissão contactar com crianças necessidades especiais, refere que sente maior facilidade em perceber os comportamentos dos filhos.

Acerca da hipótese de algum dos **filhos** ter sido já **alvo de discriminação**, sobre o facto de serem adotadas, as mães não têm a certeza se os filhos foram efetivamente vítimas de discriminação. Segundo as mesmas, o Manuel já foi chamado de “gay”, embora a Sara saliente que o termo é erroneamente usado pelas crianças, uma vez que muitas das vezes não sabem o verdadeiro significado da palavra, e já foi alvo de vítima de *bullying* por parte dos colegas. Relativamente a este último incidente, as mães procuraram compreender a génese dos conflitos, embora não tenha ficado claro se o filho estava a sofrer de *bullying* por ter “duas mães”. Face a estes acontecimentos, uma das estratégias utilizadas pelas mães era a realização de *role-playing* com os filhos em que exploravam a forma como as crianças poderiam responder numa determinada situação negativa.

Relativamente à **escolha dos recursos formais**, ambas as crianças frequentam atualmente uma Escola Privada, tendo aulas extra da língua oficial semanalmente. No ano em que os filhos chegaram ao país de origem das mães já não havia vagas disponíveis na escola privada que pretendiam, pelo que tiveram de ser inscritos numa Escola Pública. Esta experiência não foi a mais positiva pelo que no ano seguinte foram transferidos para a escola privada. Sara refere que a má experiência dos filhos na escola pública se deveu ao facto de ser bastante pequena e os professores não se terem mostrado motivados em adaptar as suas práticas às especificidades das crianças (Sara: *“A escola que estava disponível encontrava-se numa aldeia muito pequena e antiquada (...) onde os professores estavam lá desde sempre e não estavam realmente interessados em fazer quaisquer mudanças”*). As mães optaram também por colocar cada um dos filhos em sessões semanais de *Play Therapy*, por considerarem importante que eles tenham um momento para trabalhar problemas que possam estar a enfrentar.

No que concerne à **preparação do Manuel e da Andreia para a adoção**, nomeadamente a integração numa família homoparental, as mães referem que existiram aspetos que os filhos não compreendiam. Inicialmente as crianças ficaram muito surpreendidas

com o facto de as mães serem casadas, pelo que as mesmas explicaram esse assunto recorrendo às fotos do seu casamento. Tendo presente que a família faz parte de um grupo chamado “*Rainbow-Families*”, formado por famílias homoparentais, a Sara refere que o filho não percebia o porquê do grupo ter esse nome e porque é que faziam parte do mesmo. Neste sentido, a Sara menciona não estar segura relativamente aos tópicos relacionados com a homoparentalidade que foram explicados ao filhos, e se sim, de que forma tal foi feito.

Durante o **período de pré e pós-adoção**, os serviços do país de origem realizaram três visitas domiciliárias, com um intervalo de seis meses entre si, no sentido de elaborar o relatório da adoção a enviar para Portugal. Entretanto, a Sara e a Esmeralda mencionam ter-se mantido informalmente em contacto com as técnicas da casa de acolhimento onde os filhos estiveram acolhidos, tendo-lhes pedido apoio para lidar com os desafios que iam enfrentando. As mães têm uma sensibilidade diferente quanto à necessidade de apoio no pós-adoção, tendo a Sara considerado que havia “muita” (atribuiu o valor máximo na escala de Likert), enquanto que a Esmeralda considerou que os serviços prestados foram suficientes (atribuiu um 3 na escala de Likert).

Relativamente à **comunicação sobre a adoção** ambas as mães referem que falam abertamente do tema sempre que este surge. Normalmente, os momentos de diálogo surgem quando existe um estímulo desencadeador, como por exemplo, um trabalho de casa que consiste em falar da história de vida do Manuel e da Andreia. Segundo a Esmeralda, na sua perspetiva, os momentos mais importantes da vida dos filhos são o nascimento e a adoção (Esmeralda: “*A vida deles vai... o primeiro ponto é "eu nasci", depois "eu fui adotado", por isso, saltam vários anos desde o seu nascimento até ao momento em que foram adotados. Esta é a segunda coisa mais importante na sua vida: nascimento e depois a adoção*”). A Esmeralda, refere ter ficado surpreendida relativamente aos conhecimentos dos filhos sobre a adoção, pontuando 5 na escala de *Likert* sobre a satisfação com a comunicação sobre a adoção. Contudo, relativamente à satisfação com a comunicação sobre a orientação sexual, apenas pontuou 3.5, explicando que existiram várias temáticas que tiveram de ser as mães a explicar, como por exemplo o casamento e as diferentes tipologias familiares.

Ao longo de todo o processo, Sara e Esmeralda depararam-se com diversos **obstáculos e desafios**. Após a chegada dos filhos ao país em que vivem, Sara e Esmeralda referem a barreira linguística e cultural como um desafio que paulatinamente ultrapassaram. Posteriormente, referem ter sido difícil lidar com alguns comportamentos do Manuel, nomeadamente as suas crises temperamentais e algumas ideias erróneas sobre a família de origem que ia dizendo à irmã (Sara: “*Ele por vezes inventa este tipo de histórias falsas sobre*

a família biológica, do gênero “Ah nós eramos ricos” (...) e de facto eles tinham problemas financeiros (...) por isso sei que não é verdade”). Todavia, no discurso das mães, ficou claro que ambas percebiam a possível gênese dos seus comportamentos: a adoção e a mudança de país foi uma grande mudança para o Manuel que exigia tempo para se adaptar sendo que, por vezes, ele não era capaz de exteriorizar as suas emoções. Sara e Esmeralda referem que o primeiro ano foi o mais desafiante pois exigiu aprendizagem constante, quer por parte das mães, quer dos filhos. Não obstante algumas dificuldades, no que concerne à satisfação face ao processo, a Sara pontuou 4 e a Esmeralda 5 na escala de *Likert*. A Sara e a Esmeralda fazem um balanço bastante positivo da adoção, sendo que ambas pontuaram 5 na escala de *Likert* face à satisfação com a adoção, afirmando a Sara que “*Não podemos imaginar as nossas vidas sem eles, eles são parte da nossa família.*”.

Caso 2 (Realizada entrevista a um dos membros do casal, o Luís)

Luís (nome fictício) vive atualmente numa cidade de um país da América do Sul com o seu companheiro Ricardo (nome fictício) e o seu filho Alexandre (nome fictício), adotado em 2010. O pai Luís, de 53 anos, é Professor Universitário. O pai Ricardo, de 36 anos, é Advogado. Estão juntos há 13 anos e, a um dado momento da relação, surgiu o desejo de adotar. Assim, decidiram iniciar o processo de adoção nacional no seu país em 2010. Luís e Ricardo percorreram todas as etapas legais definidas: frequentaram o curso de preparação psicossocial e jurídica com a duração de dois meses e frequência semanal. Posteriormente, foram alvo de avaliações psicossociais com entrevistas e visitas domiciliárias. Relativamente às pretensões, não foram estabelecidas restrições ao nível do sexo, nem da etnia da criança, mas quanto à idade, o casal estabeleceu o limite de cinco anos.

A Equipa de Adoções propôs como a primeira opção o Alexandre, um bebé abandonado pela mãe, tendo a proposta sido prontamente aceite pelo casal. Quando a adoção foi decretada, os pais apenas obtiveram uma guarda provisória de três anos, dada a possibilidade da mãe biológica poder desistir de ter dado o filho para adoção. Somente após os três anos a adoção ficou oficializada e puderam ter direito à licença de paternidade; contudo, Luís refere que já não fazia sentido e, portanto, não usufruíram desse direito. Refere que, quando recebeu o Alexandre, acordou com o chefe tirar cinco dias de folga para poder estar com o filho. Menciona que quando recebeu o Alexandre foi uma enorme alegria sentindo simultaneamente o peso da responsabilidade de cuidar de um bebé (Luís: “*Eu via-o como uma criança muito frágil, pensava como é que uma mãe teria, enfim, abandonado, dado ele para a adoção (...) acho que dessa sensação que nasce um pouco a minha sobreproteção em relação ao Alexandre.*”).

Durante a fase em que tinham a guarda provisória do Alexandre, o casal ia sendo avaliado no sentido de verificar se estava preparado para cuidar da criança. O pai refere que houve um grande empenho da parte deles em criar as melhores condições possíveis para receber o filho, dizendo: *“Nós preparamos tudo para ver se, efetivamente, a equipa do Fórum nos fosse visitar para que nós tivéssemos condições de fazer uma boa avaliação. Inclusive nesse período, nós gastámos bastante dinheiro porque eu contratei (...) uma baby-sitter (...) e outra que cuidava da casa, cozinhava”*).

Relativamente à **chegada, transição e adaptação** do Alexandre, Luís refere que o filho foi um elemento chave na união de ambas as famílias de origem uma vez que, previamente à sua chegada, não tinha uma relação familiar bem estabelecida com a família do companheiro. Salienta que o Alexandre recebe muito carinho dos vários elementos da família e que, efetivamente, este tem uma família como qualquer outra criança. Luís menciona que, propositadamente, sempre partilhou nas redes sociais a sua vivência com o filho de forma a que, no futuro, tenha um registo da relação que foram construindo. Salienta que esta partilha da sua experiência nas redes sociais não é comum e que sempre foi bem visto e elogiado pelos amigos por ter essa postura.

Relativamente à **comunicação sobre a adoção e à estrutura familiar**, Luís refere que o filho tem uma perceção natural do tema, uma vez que, segundo o pai, ele sabe que *“dois homens sozinhos não conseguem ter filhos”*. Refere que o Alexandre sempre lidou de forma natural com o facto de estar inserido numa família homoparental, tendo começado a questionar o facto de “ter dois pais” aos três anos (Luís: *“Nós estávamos a entrar no carro para ir para a escola e o meu companheiro respondeu “Porque você é uma criança que dá muito trabalho, então precisa de dois pais para cuidar”, e ele ficou satisfeito (ri), foi o que ocorreu na cabeça dele naquele momento”*). Luís menciona que foi adaptando as suas respostas quando o filho o questionava, procurando responder de uma forma que facilitasse a aceitação do abandono da mãe biológica (Luís: *“Uma das respostas que eu dava (...) para ele não sentir de forma tão abrupta o abandono, pela própria mãe, dizia que ela devia de ter alguns problemas psicológicos, então não teria condições psicológicas para lidar com a maternidade”*). Para além disso, o pai refere que nunca foi necessário ensinar estratégias ao Alexandre na eventualidade de ser alvo de comentários negativos, pois considera que o filho sempre se integrou bastante bem nas escolas e mesmo em Portugal, onde residiram durante todo o ano de 2019, e nunca teve problemas por pertencer a uma família homoparental. Refere, ainda, que o Alexandre brinca frequentemente com os dois primos, também eles adotados, fator que facilitou a normalização da adoção. Por fim, o Luís pontuou 5 tanto na satisfação da

comunicação sobre a adoção como na comunicação sobre a sua orientação sexual, referindo que fala abertamente sobre tudo o que o filho lhe pergunta, especialmente nesta fase pois, devido à sua idade, já começa a ter uma noção melhor sobre a adoção e a pertença numa família homoparental.

O **apoio prestado pela família alargada e pela rede de amigos** não foi suficiente e o Luís considera que serviços de pós-adoção também foram muito lacunares, tendo-se sentido sobrecarregado (Luís: *“Essa é a parte bem difícil porque eu fiquei bem sobrecarregado, tendo que fazer o papel de pai, de mãe, de provedor da família, sou mais velho que o meu companheiro, e senti sempre muita solidão no sentido de não ter com quem contar”*). Salienta-se que, relativamente à satisfação com o apoio prestado pelos amigos, o Luís pontuou 4 na escala de *Likert*; todavia, ficou patente a insatisfação com o apoio prestado pela família alargada, tendo pontuado 2. Para colmatar o apoio insuficiente, Luís menciona ter encontrado em Portugal um grupo de pais adotivos, constituído por casais de sexo diferente, onde recebeu o apoio que precisava para fazer face às exigências da adoção. Para além disso, dada a sua profissão da altura, em que trabalhava com pais as questões da parentalidade, utilizou aquilo que ensinava para o ajudar a lidar com as questões mais desafiantes.

No que concerne à **escolha dos recursos formais**, Luís refere que tinha o cuidado de marcar reuniões com os diretores de forma a perceber se haveria algum problema no facto de Alexandre pertencer a uma família homoparental. Segundo o pai, nenhum diretor verbalizou qualquer tipo de problema. Atualmente o filho frequenta o 4º ano de escolaridade e tem algumas atividades extra-curriculares como desporto e música.

Relativamente aos estilos de **parentalidade**, Luís refere ter um estilo parental mais permissivo, carinhoso e afetuoso, contrariamente ao Ricardo que é mais objetivo e autoritário. Confessa que a diferença de estilos parentais do casal causou algum conflito na relação uma vez que não concordava com a forma como o Ricardo lidava com algumas situações.

Quando questionado sobre as **dificuldades, obstáculos e desafios encontrados ao longo do processo de adoção**, Luís descreve uma situação desafiante pela qual passou com o filho. Conta que a família se tinha deslocado aos serviços para que fosse avaliada e o Alexandre teve uma grande birra, comportamento nunca tido anteriormente. Tal foi interpretado pela psicóloga como uma falha ao nível da parentalidade, nomeadamente na imposição de limites (Luís: *“Sabe aquela cena em que a criança se joga no chão? O Alexandre nunca tinha feito isso, nunca, nunca, nunca, e justamente no dia em que foi [serviço judicial onde é regulado o processo de adoção], a primeira e única vez, que ele fez isso, e a psicóloga, então, achou que*

aquilo era um problema e nós não estávamos sabendo lidar com a criança, no sentido de dar limites a ela.).

Finalmente, salienta-se a clara a satisfação sentida pelo Luís tanto em relação o processo formal da adoção, não obstante as suas lacunas, como à adoção em si, pelo que pontuou 5 em ambos os itens na escala de satisfação.

Caso 3 (Entrevista realizada apenas a um dos membros do casal, o José)

O casal do mesmo sexo masculino, constituído pelo José (nome fictício) e o seu marido, residem numa cidade da região Norte de Portugal e iniciaram o processo de adoção há cerca de quatro anos, após a legalização da adoção por casais do mesmo sexo em Portugal. José, professor com Mestrado, tem 50 anos e Rodrigo (nome fictício), de 51 anos, é Assistente operacional no Serviço Nacional de Saúde, tendo completado o ensino secundário.

O casamento feliz e a legalização da adoção motivaram o José a iniciar o processo de adoção e lutar pelo desejo que sempre sentiu de ser pai. A adoção constituiu-se como a via escolhida para o acesso à parentalidade uma vez que o casal não possui recursos económicos que possibilitem outra alternativa. Todavia, a fase de ponderação foi pontuada por reflexão, tendo surgido algumas **inquietações**, nomeadamente recearem ser alvo de atitudes ou comportamentos discriminatórios por parte das técnicas de adoção e reações negativas por parte de familiares Segundo o José, embora o decreto de lei em 2016 tenha legalizado a adoção por casais do mesmo sexo, as mentalidades não mudaram necessariamente. Para além disso, José tinha presente os desafios e exigências inerentes ao processo e à adoção em si, levando-o a refletir sobre as suas capacidades de dar respostas positivas a esses mesmos desafios. A sua orientação sexual foi outra inquietação na medida em exige uma preparação específica da criança para a eventualidade de ser alvo de comentários negativos, é premente que esta saiba lidar positivamente com a situação. Outra inquietação referida pelo José foi a idade, de certa forma avançada, dos dois: 47 e 46 anos quando iniciaram o processo. O José explica que a partir dessa idade o papel assumido passa a ser de avô e não de pai como sempre desejou.

Relativamente às **pretensões**, o casal demonstrou-se recetivo a qualquer etnia, sexo, tipo de problemas da família de origem e mesmo doenças, tendo apenas excluído crianças com problemas de saúde graves e idade superior a 4 anos.

O casal percorreu todas as etapas estabelecidas pela lei portuguesa: uma sessão de esclarecimento inicial e formalização da documentação; sessões de avaliação social e psicológica; uma sessão de grupo com outros candidatos a pais adotivos; uma visita ao domicílio e, por fim, o deferimento da candidatura. Atualmente, perfazem os três anos na fase

de espera, não lhes tendo sido apresentada ainda nenhuma proposta de criança(s). Durante a **Fase de Candidatura, Formação e Avaliação**, a gestão das emoções durante as entrevistas de avaliação constituiu-se como o principal desafio para o José e o companheiro. Atualmente, na Fase de espera, José refere que têm vivido este período com grande angústia dada a incerteza da sua duração e do seu desfecho.

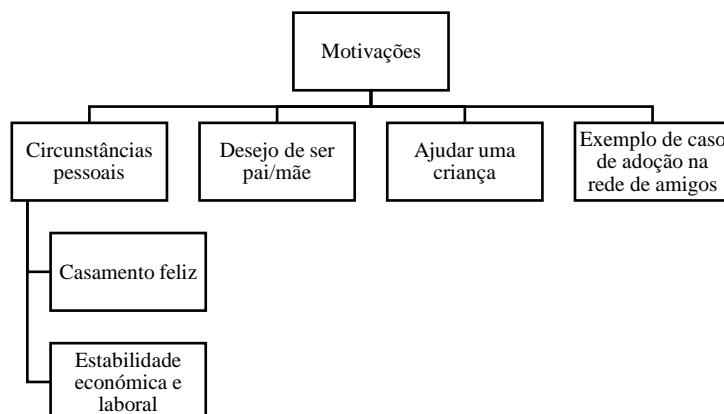
4.2. Análise Intercaso

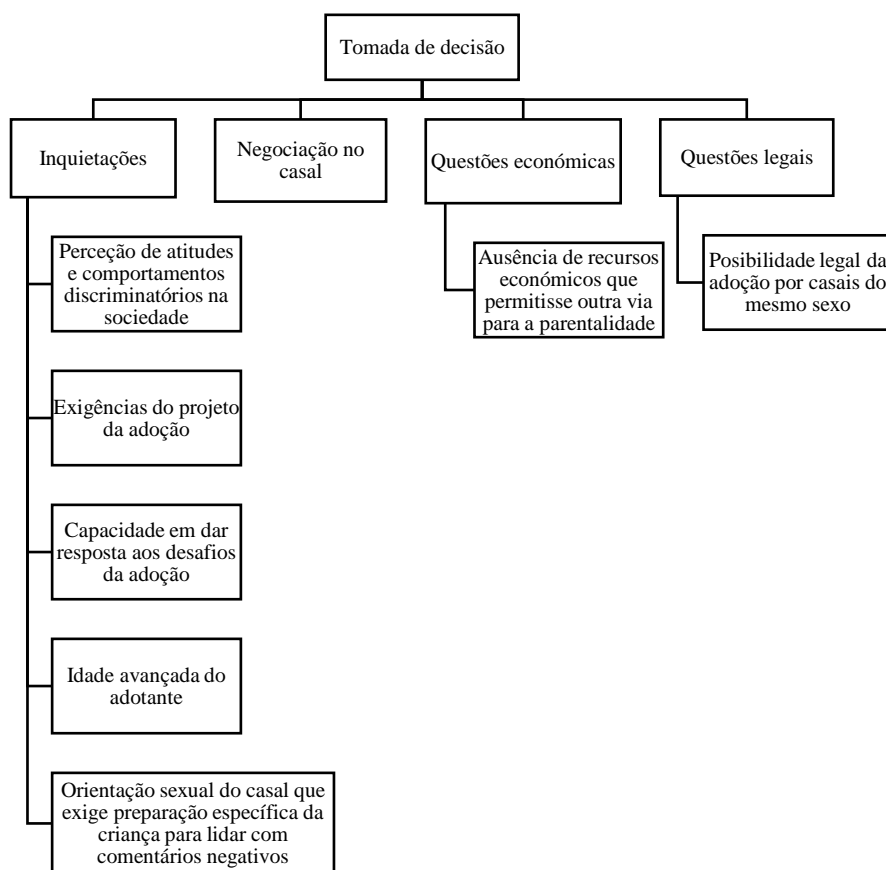
Tal como foi referido anteriormente, a segunda parte dos resultados corresponde à análise intercasos, onde é considerada a perspetiva individual dos quatro participantes, criando pontes entre as suas experiências. Neste sentido, foi realizada uma *cross-analysis*, tendo emergido duas grandes temáticas: a experiência na construção do projeto de adoção e as opiniões acerca dos serviços de adoção e as práticas profissionais. A primeira temática encontra-se dividida em 7 domínios: (1) Motivações e tomada de decisão; (2) Pretensões; (3) Chegada, Transição e adaptação da/s criança/s e fase de Pré-adoção; (4) Identidade materna/paterna; (5) Comunicação sobre a adoção e a estrutura familiar minoritária e (7) Dificuldades e desafios. A segunda temática, representada no domínio “Avaliação global do processo”, inclui as categorias “Aspetos positivos”, “Aspetos negativos” e “Sugestões”. Em cada um dos pontos consta um esquema que permitem a visualização geral dos domínios, categorias e subcategorias.

1ª Temática: A experiência na construção do projeto de adoção

1. Motivações e tomada de decisão

Não obstante serem dois domínios distintos as **motivações** e a **tomada de decisão** serão analisados conjuntamente dado que se complementam. As motivações impulsionadoras da tomada de decisão em iniciar o processo de adoção são distintas entre os quatro participantes embora existam dois aspetos transversais a três participantes.





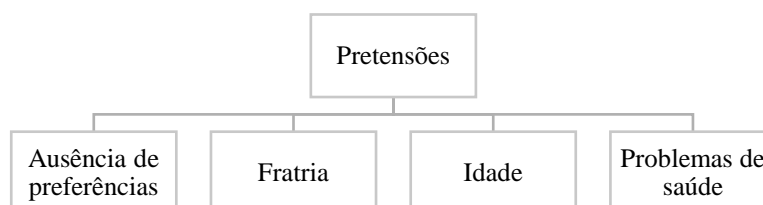
Uma **motivação** transversal a três participantes foi a existência de um casamento/relacionamento feliz que motivou a Sara, o Luís e o José a encararem a adoção como o próximo passo nas suas vidas, despertando nos pais o desejo de assumirem o papel parental. Este aspeto relaciona-se com o desejo de se ser pai/mãe, outro aspeto motivador referidos pela Sara e pelo José. Sara explicita que este desejo também foi motivado pela possibilidade de ajudar e ser a família de uma criança (Sara: “*Uma parte da nossa motivação era "Ok, queremos crianças", mas era mais um sentimento de "Nós conseguimos fazer isto"*”). Também o desejo do José em ser pai se deveu em parte ao contacto próximo com as questões da parentalidade, nomeadamente a educação dos seus sobrinhos (José: “*Desde muito novo, senti o desejo de ser pai. Sempre acompanhei e partilhei responsabilidades na educação de sobrinhos*”). A estabilidade económica e laboral foram também referidas pela Sara como aspetos que a motivaram no proceso de tomada de decisão (Sara: “*Então, as coisas como que caíram no lugar, casámo-nos, ambas conseguimos bons empregos, um rendimento estável, e foi naturalmente, uma espécie de passo seguinte.*”).

Embora existam diversos aspetos que motivaram estes pais a adotar, a fase de ponderação da **tomada de decisão** foi marcada por negociações (Esmeralda: “*Eu e a Sara tínhamos vindo a falar sobre isso (...) durante vários anos*”) e inquietações. Dois participantes, a Esmeralda e o José, partilharam que receberam ser alvo de discriminação ou atitudes/comportamentos

negativos por parte dos profissionais da área e até mesmo por parte de familiares (Esmeralda: *“Podemos conhecer pessoas, e mesmo quando a legislação o permite (a adoção LGB), a sua percepção individual e os seus comportamentos podem ser diferentes”*; José: *“Como as mentalidades não são alteradas por decreto/lei e como obstáculo principal, receava encontrar da parte das técnicas envolvidas comportamentos que indiciassem alguma discriminação (...) e eventuais reações negativas de alguns familiares foram as principais inquietações”*). Contudo, as restantes inquietações mencionadas apenas foram referidas pelo José: (1) exigências do projeto da adoção e (2) a sua capacidade de dar respostas adequadas às mesmas; (3) idade avançada do próprio e do seu companheiro (José: *“Definimos os 55 anos como idade limite para a concretização deste sonho/desejo, a espera é ainda mais sofrida”*); e, por fim, (4) a sua orientação sexual, pois exige uma preparação específica da criança para lidar com potenciais comentários negativos. Não obstante as inquietações, a legalização da adoção por casais do mesmo sexo foi nos casos da Sara e do José o momento decisivo que os levou a iniciarem o processo de adoção (Sara: *“Tornou-se algo que podíamos fazer (...) por isso decidimos iniciar o processo de adoção”*; José: *“Assim que a adoção por casais do mesmo sexo foi aprovada em Portugal, decidimos avançar”*). Por fim, é importante referir que foi salientado pelo participante que para os casais do mesmo sexo a adoção constituiu-se como o método menos dispendioso para alcançar a parentalidade (José: *“A nossa orientação sexual levou-nos a apostar na adoção, uma vez que (...) não possuímos recursos que nos possibilitem outra alternativa”*).

2. Pretensões

No que concerne às **pretensões**, ou seja, as características da(s) criança(s) que gostariam de adotar, os pais e as mães realçaram apenas três aspetos específicos: a idade, os problemas de saúde e a pertença a uma fratria, não tendo o sexo da criança, a etnia e fatores da sua história passada e dos seus progenitores sido alvo de qualquer constrangimento.

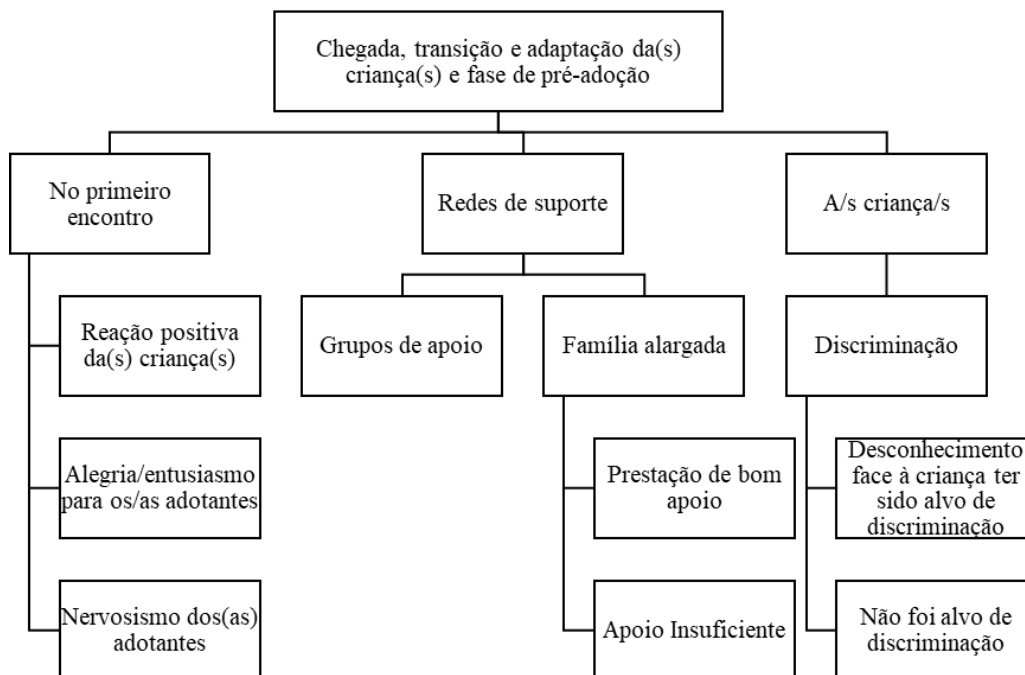


A idade pré-escolar foi apontada pelo Luís e pelo José como limite uma vez que consideravam que o processo de vinculação é mais fácil até aos 4/5 anos e permite trabalhar as questões específicas das famílias homoparentais, nomeadamente munindo a criança de

estratégias para lidar com eventuais comentários negativos (José: “*Entendemos que deveríamos definir o limite de quatro anos, por considerarmos que todo o processo de vinculação é tão mais fácil quanto mais nova for a criança e porque queremos ter o(a) nosso(a) filho(a) antes da idade de entrar para a escola, pois há todo um “trabalho” a fazer para que possa vir a lidar da melhor forma com o facto de ter “dois pais”*”). Em contraste, segundo a Sara, a idade não era importante para as mães (Sara: “*Acho que, ao contrário dos outros pais que preferem crianças mais novas, para nós isso não foi um grande problema*”). Outra categoria em que existe uma convergência de opiniões entre o Luís e o José prende-se com as questões de saúde. Ambos estabeleceram limitações ao nível de problemas de saúde graves pois, segundo o Luís, talvez não soubesse efetivamente como lidar com uma criança com HIV ou Síndrome de Down. Para além disso, sublinha que uma criança com alguma deficiência/doença grave, filha de um casal do mesmo sexo, poderia vir a ser alvo de discriminação (Luís: “*As limitações ao nível de saúde ou deficiências foram por nós estabelecidas, apenas, porque consideramos que o(a) nosso(a) filho(a) já terá de lidar com a diferença na relação com os outros, por ter dois pais do mesmo sexo, pelo que não devemos acrescentar mais um fator que possa potenciar alguma discriminação*”).

3. Chegada, transição e adaptação da(s) criança(s) e fase de pré-adoção

No domínio da **chegada, transição e adaptação da(s) criança(s) e fase de pré-adoção**, emergiram as categoria do primeiro encontro, ou seja, o momento em que viram a(s) criança(s) pela primeira vez, as redes de suporte e a criança, onde consta a subcategoria da discriminação.



Os sentimentos de muita alegria e entusiasmo caracterizaram o primeiro encontro de Sara, Esmeralda e Luís com os filhos (Sara: *“Eles eram realmente amigáveis, não eram tímidos nem nada. Nós estávamos mais nervosas”*; Luís: *“Quando recebemos o Alexandre em casa, foi uma alegria (...) desde lá então temos-nos constituído como uma família (...) Foi maravilhoso, foi uma sensação... é indescritível”*; Esmeralda: *“O primeiro dia em que os conhecemos foi algo bastante bonito”*, sendo que também a Andreia e o Manuel reagiram positivamente.

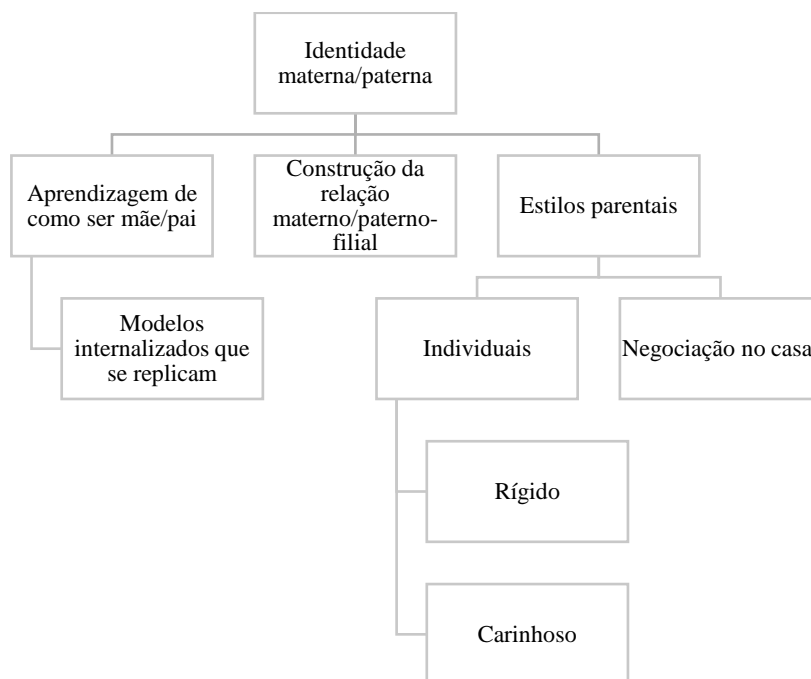
Nos casos em que as famílias já tinham a/s criança/s em casa, foi salientado, nomeadamente pela Sara e pelo Luís, uma grande falta de apoio por parte dos profissionais da adoção. Neste sentido, a Sara e o Luís referiram ter encontrado em grupos de apoio a ajuda e os recursos que precisavam para lidar com os desafios da adoção (Sara *“Temos acesso a muitos recursos e este mesmo grupo, aquele de que estávamos a falar, o “Rainbow Families (...) é um mecanismo de apoio”*; Luís: *“Eu encontrei aí em Portugal um grupo de pais adotivos (...) mas são pais adotivos de casais heterossexuais ou às vezes é uma mãe sozinha com um filho, né, mas foi a forma que eu encontrei para lidar com as minhas angústias”*). Todavia, no que concerne ao apoio prestado pelos familiares as perspetivas dos/as participantes divergiram. Embora a Sara e a Esmeralda tenham sentido um bom apoio por parte de ambas as famílias, o Luís refere que o apoio por parte da família alargada foi insuficiente e que isso se traduziu numa grande sobrecarga para ele.

Por fim, quando questionados sobre se os filhos já foram alvo de discriminação/comentários negativos por serem adotados e/ou filhos de “dois pais/duas mães”, foram sentidas algumas nuances nas narrativas dos/as participantes. Por um lado, o Luís referiu que o filho Alexandre nunca foi vítima de discriminação (Luís: *“Felizmente isso nunca aconteceu (...) Não, e mesmo quando estávamos em Portugal, (...) em [nome da cidade em que residiam], também, isso nunca foi um problema”*). Por outro lado, a Sara e a Esmeralda referem que o Manuel já sofreu de *bullying* em vários momentos. Uma vez foi chamado de “gay”, tendo a Sara explicado que a palavra é erroneamente usada pelas crianças (Sara: *“Uma vez ele foi chamado de “Gay”, em [país], infelizmente, a palavra gay é usada (...) como se fosses estranho ou esquisito, e é usada muito (...) depois ele disse algo do género “às vezes podem-te chamar de gay” e depois começávamos a dialogar sobre o que é que ele poderia responder. Ele poderia dizer “não sou realmente gay, mas se fosse não seria um problema”, por exemplo”*). Noutra instância, o filho teve conflitos na sua equipa de desporto que levaram à sua desistência, embora não tenha ficado claro se estava relacionado com a sua tipologia familiar (Esmeralda: *“Nós enfrentámos algumas situações em que houve algum bullying formal e no caso do Manuel (...)”*

não acreditamos que tal esteja relacionado com a situação das mães, (...) ele estava a jogar futebol quando foi vítima de bullying, mas nós achamos que é algo entre os miúdos sobre o desporto ou talvez por ele ser estrangeiro entre todos os outros que eram locais ”). Contudo, as mães salientam a possibilidade de que os filhos ou desconhecem o facto de terem sido vítimas de discriminação (Sara: “Não sei se as crianças estavam realmente conscientes de que foram discriminadas, porque acho que haviam muitas crianças que eram estrangeiras (...) por exemplo o meu filho, tenho quase a certeza que naquela escola (pública) ele não falou sobre ter duas mães, ele provavelmente evitou dizê-lo”) ou estão a omitir o mesmo (Esmeralda: “Não creio ou ainda não é muito claro que tenham ocorrido casos em que foram discriminados devido ao tipo de família em que se encontram. Portanto, ou as crianças não expressaram que isso aconteceu, ou não aconteceu”).

4. Identidade paterna/materna

No domínio da **identidade paterna/materna** serão aprofundadas as questões referentes à aprendizagem de como desempenhar o papel parental, à construção da relação materno/paterno-filial, os estilos parentais individuais e à negociação dos mesmos na relação.



A parentalidade, tal como foi dito pelo Luís, “*traz muitas angústias*” pelo que exige um processo de aprendizagem constante (Esmeralda: “*Então, houve como que um incidente, mas, na realidade, éramos simplesmente nós a aprender a ser mães e eles a aprender a estar numa família (...) temos que tomar decisões por eles, às vezes decisões que não são fáceis, às vezes*

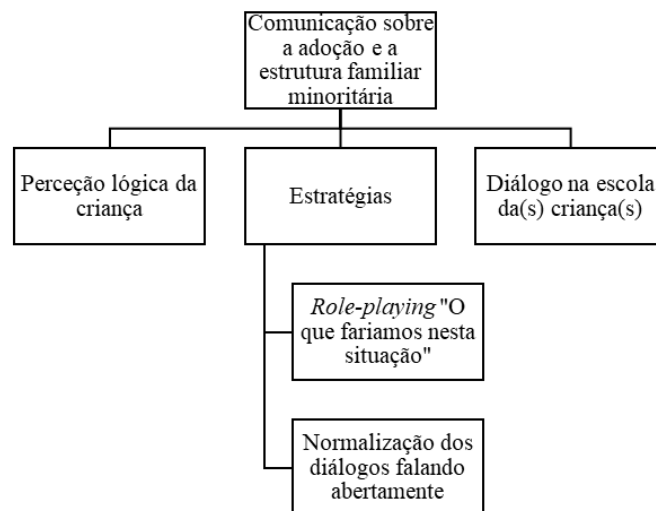
decisões que eles não gostam, e temos de ser capazes de tentar encontrar um equilíbrio entre ter consciência de que eles ainda são crianças e também a tentativa de ser uma boa mãe, sabe? E isto foi uma dura curva de aprendizagem, penso eu". Durante este processo, o Luís refere que, inconscientemente, replicou modelos de parentalidade internalizados com os quais não concordava, pelo que para si houve uma aprendizagem nesse sentido (Luís: *"Eu costumo dizer que quando nós nos tornamos pais nós incorporamos o modelo internalizado de pais que há dentro de nós. Isso às vezes dá conflito, não necessariamente eu estava de acordo com o modelo de pai que há dentro de mim internalizado, mas, naturalmente, esse pai internalizado vem à tona e é nessas horas que nós nos percebemos como "O que é que eu estou fazendo? Estou gritando com a criança, estou me descontrolando" (...). E essas situações são bastante difíceis de lidar"*). Luís e Esmeralda descreveram o seu estilo parental individual como sendo, respetivamente, mais carinhoso e mais rígido (Luís: *"Eu sou muito carinhoso, muito afetivo, eu sempre enchi o Alexandre de mimos"*; Esmeralda: *"Sou provavelmente um pouco mais exigente, diria eu, de nós as duas (...) talvez, por vezes, não esqueça o suficiente, talvez isso venha da minha própria infância ou do tipo de pessoa que sou"*). A diferença de estilos parentais levou à necessidade de negociação no casal, tendo sido, no caso do Luís, dos maiores conflitos na relação (Luís: *"Eu acho que o meu companheiro era um pouco mais objetivo (...) isso foi um dos maiores conflitos (...) a diferença de parentalidade entre nós causou conflito no relacionamento"*). Para a Esmeralda, a diferença de estilos de parentalidade também foi mais um aspeto que requereu aprendizagem no sentido de chegar a acordo com a esposa (Esmeralda: *"Eu e a minha esposa temos estilos parentais diferentes (...) isso também foi uma curva de aprendizagem: o saber chegar a acordos sobre certas coisas. Mas sobre como educar uma criança, nós tínhamos discutido isso previamente, mas quando realmente se enfrenta certas situações, aí é que o ponto em que realmente precisamos de saber o que dizer, o que fazer, e tentar ter a certeza de que estás a tomar as melhores decisões"*.

No que concerne à construção da relação materno/paterno-filial, também neste aspeto existe uma aprendizagem gradual. Para a Esmeralda significou ter consciência dos limites dos filhos. Para o Luís a construção da relação com o filho foi influenciada pela "sua bagagem", pelo que se construiu de forma específica (Luís: *"Acho que dessa sensação (responsabilidade) que nasce um pouco a minha sobreproteção em relação ao Alexandre (...) Isso para mim foi algo que me conduziu ao longo de todo o resto da, relação que criei com ele, compreender que existia uma questão muito forte em causa, por causa dessa mãe o ter rejeitado. (...) no caso de quem gerou biologicamente esse filho, esperou esse filho nascer, funciona de uma forma um pouco diferente de uma criança que já vem com uma certa bagagem (...) sendo uma criança*

adotada, vem a partir de uma relação que se estabeleceu ou nas instituições ou na família de origem, e elas vêm com uma caixa de surpresas, que aí, aos poucos, vão saindo as surpresas de dentro da caixa”).

5. Comunicação sobre a adoção e a estrutura familiar minoritária

No domínio da **comunicação sobre a adoção e a estrutura familiar minoritária** serão analisadas as estratégias utilizadas pelos/as participantes para se falar da temática da adoção e da pertença numa família parental, e para munir a/s criança/s de recursos para lidarem com eventuais comentários negativos.



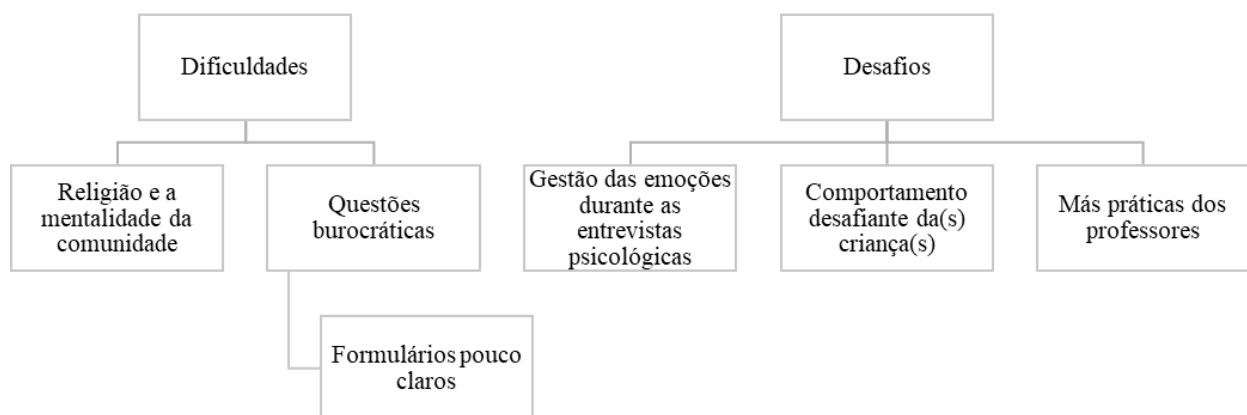
Um aspeto muito importante nas famílias homoparentais é a comunicação sobre a adoção em si e sobre a integração numa família homoparental. A diferença de idades entre o Manuel, a Andreia e o Alexandre refletiu-se nas estratégias utilizadas pelos pais/mães. No caso do Alexandre, uma vez que cresceu no seio de uma família homoparental, o Luís refere que o filho tem uma perceção lógica da adoção e que quando o assunto é falado, ele reage com naturalidade (Luís: “*O facto de ser adotado é uma perceção natural que ele tem, dois homens, sozinhos não conseguem gerar um filho (...) No momento em que ele começou a perceber, ele lidou com isso de uma forma natural*”). Por outro lado, no caso do Manuel e da Andreia, as mães sempre procuraram abordar o tema abertamente e com naturalidade (Sara “*Eles não sabiam muito no início, por isso falamos \"O Manuel tem duas mães\". Eu usei muitos livros para normalizar o conceito*”; Esmeralda: “*Yes, we speak very freely about it, the fact that they are adopted (...) it's very important for us to keep that kind of open conversation (...) this cannot be like a taboo subject for us. So yeah, this is quite a normal, like any other conversation*), chegando a utilizar o *role-playing* como estratégia de munir os filhos de formas de lidar com comentários negativos sobre a adoção e o facto de terem duas mães (Sara: “*Sim,*

falamos muito livremente sobre o facto de eles serem adotados (...) é muito importante para nós manter esse tipo de conversa aberta (...) isto não pode ser um assunto tabu para nós. Portanto, sim, isto é bastante normal, como qualquer outra conversa”).

Por fim, um outro aspeto salientado como fundamental pela Sara e a Esmeralda foi irem às escolas dos filhos para falar abertamente sobre o tema da adoção por casais do mesmo sexo às outras crianças (Sara: *“Costumávamos ir às escolas falar com os pais (...) falávamos em diferentes escolas, tínhamos reuniões com os diretores das escolas e os diretores das faculdades, e tentávamos fazer este tipo de abordagem (...) queremos normalizar isto (a adoção LGB)”*).

6. Desafios e dificuldades

Embora sejam independentes, os domínios referentes aos **desafios** e às **dificuldades** serão analisados em conjunto. De referir que, para esta análise, os desafios requerem a existência de adaptação, superação e até crescimento, contrariamente às dificuldades.



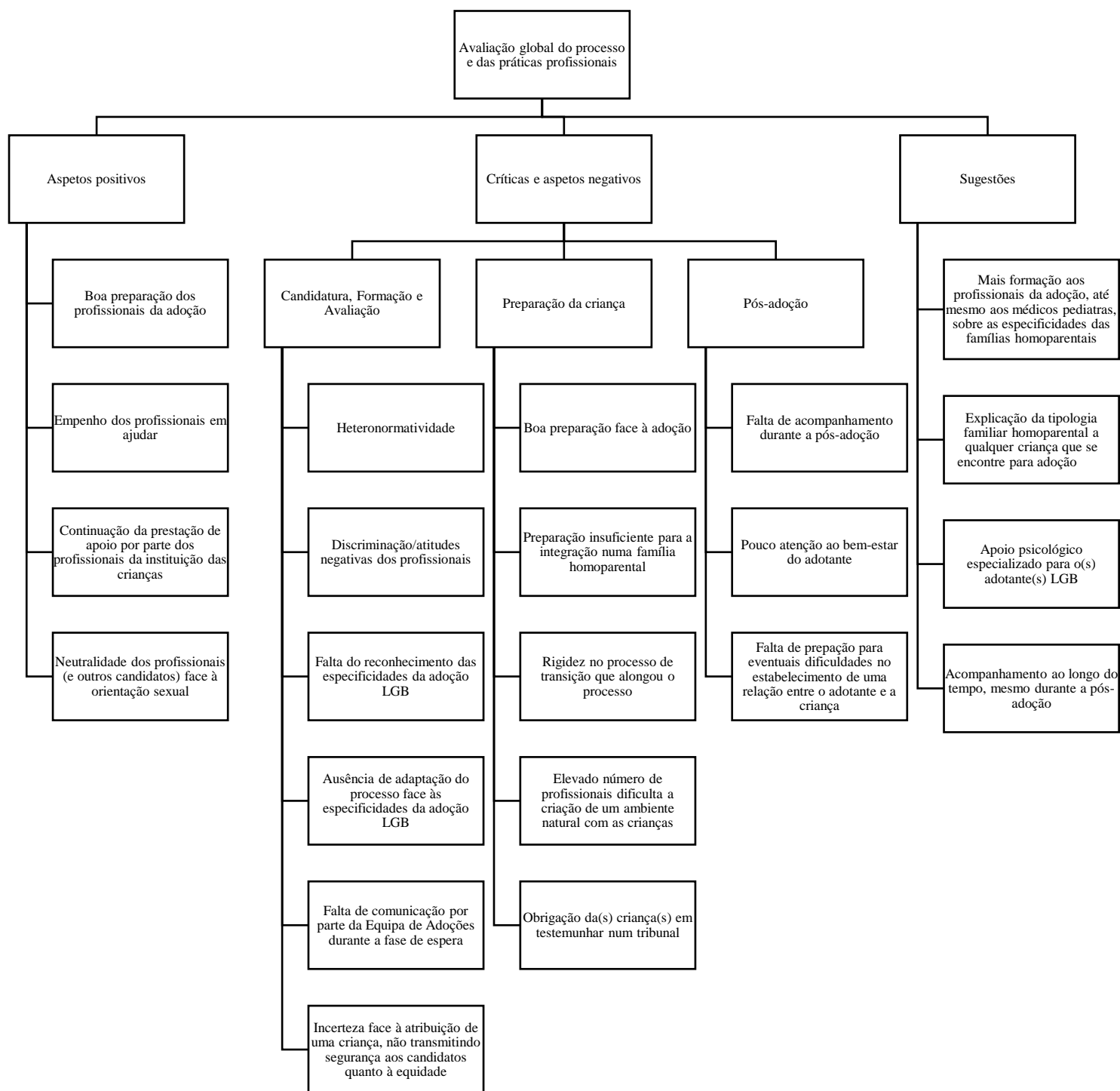
Ao nível das dificuldades foi salientada a complexidade das questões burocráticas, nomeadamente a quantidade de formulários que foi necessário preencher (Sara: *“Com Portugal começámos a receber muita papelada legal, e foi preciso muito dinheiro para obter todas as traduções dos documentos. Essa parte foi mais longa do que o processo de adoção propriamente dito.”*; Esmeralda: *“A quantidade de papelada que tivemos de preencher, enviar para trás e para a frente (...) infelizmente (foi algo demorado), porque não havia informação suficiente”*). A religião e mentalidade das pessoas da comunidade no país em que residem também foram dificuldades enunciadas. Segundo a Sara, embora haja o direito legal de adotar, aquilo que o padre diz ainda tem muito peso nas mentalidades das pessoas da sua área, alimentando crenças do senso comum de que as crianças filhas de casais do mesmo sexo também serão homossexuais (Sara: *“O outro problema foi... como se sabe muito pode mudar, mas isso não significa que as pessoas vão necessariamente ter a mesma atitude, ou que sejam*

positivas ou estejam de acordo com isso. O padre ainda tem muito a dizer e tem muito poder (...) há padres que têm a mente aberta, mas a maioria é do tipo "Oh, mas têm de ter cuidado com isto ou estas crianças também se tornarão gays").

Relativamente aos desafios, todos os/as adotantes referiram que os filhos tiveram comportamentos que exigiram dos pais dedicação e aprendizagem. No caso do Manuel, a Sara mencionou duas situações problemáticas. A primeira ocorreu durante os primeiros tempos do Manuel no seu novo país e consistiu em crises temperamentais que podem ter tido como génese a grande mudança que estava a ocorrer na sua vida, nomeadamente a mudança de país, cultura e a integração numa nova família (Esmeralda: *"O Manuel teve algumas explosões temperamentais (...) depois de termos chegado (ao país) tivemos um pequeno incidente em que o Manuel ficou realmente chateado (...) esta foi uma maneira dele expressar toda esta mudança e de, sabe, foi obviamente uma coisa muito importante para as crianças saírem e virem para aqui (...) aperceberem-se que "esta é a minha nova vida"").* Noutra situação, o filho começou a contar mentiras à irmã sobre a sua família de origem, ao ponto da Andreia começar a acreditar (Sara: *"Ele por vezes inventa este tipo de histórias falsas sobre a família biológica, do género "Ah nós eramos ricos" (...) essa foi um dos maiores desafios, não sabíamos como lidar bem com a situação")*). Também o Luís mencionou uma situação desafiante, nomeadamente quando foram finalizar o processo de adoção e o Alexandre fez uma grande birra resultado numa avaliação mais negativa dos pais por parte da psicóloga do processo (Luís: *"Quando o Alexandre tinha três anos, nós fomos ao Fórum porque a guarda já tinha vencido, e o Alexandre se comportou mal (...). Sabe aquela cena em que a criança se joga no chão? (...) O Artur nunca tinha feito isso, nunca, nunca, nunca (...) essa foi talvez a única situação mais complicada, digamos assim, do processo")*).

Relativamente à escolha dos recursos formais, dada a falta de vagas na escola pretendida, o Manuel e a Andreia andaram numa escola pública pequena em que os professores não estavam recetivos a alterar as suas práticas face às especificidades de pertencerem a uma família homoparental (Sara: *"Durante um ano frequentaram uma escola pública, e não foi muito bom... não por ser uma escola pública (...) era uma escola muito pequena, onde os professores estavam lá desde sempre e não estavam realmente interessados em fazer quaisquer mudanças")*). Por fim, apenas o José referiu que as entrevistas psicológicas durante a fase de avaliação foram um grande desafio, uma vez que foi difícil gerir algumas emoções que surgiram (Luís: *"A maior dificuldade foi, mesmo, minha e também do meu esposo, na gestão das emoções durante as entrevistas de avaliação")*).

2ª Temática: Opiniões dos/as participantes acerca os serviços e das práticas profissionais



7. Avaliação global do processo e das práticas profissionais

7.1. Aspectos positivos

Quando questionados sobre quais foram para si os aspetos positivos do processo de adoção, nomeadamente no que concerne às práticas dos profissionais, a Sara, a Esmeralda e o

José mencionaram que houve neutralidade por parte dos profissionais e até dos outros candidatos, pelo que, contrariamente ao que a Esmeralda e o José antecipavam na fase de ponderação da tomada de decisão, não foram alvo de discriminação aberta ou qualquer comentário/atitude negativa por serem adotantes LGB (Sara: *“Honestamente, não sentimos que fomos tratadas de forma diferente”*; Esmeralda: *“Tivemos uma experiência muito boa, e não sentimos que a nossa conversa fosse diferente ou invulgar”*; José: *“ Receava sentir alguma discriminação. Não foi o que aconteceu, nem da parte desses candidatos, com os quais interagimos na sessão de grupo, e muito menos da parte das técnicas responsáveis pela avaliação. Destas, sempre recebemos total recetividade e respeito e, em momento algum, sentimos um tratamento distinto pelo fato de sermos um casal diferente. (...) Não senti qualquer atitude ou comportamento discriminatórios. Fomos tratados com a máxima consideração e, até me arrisco a dizer, com muita admiração”*). Para além disso, os três participantes consideraram que os profissionais estava bem preparados, sendo que o José salientou o respeito e rigor das técnicas (Sara: *“Tudo parecia ter sido planeado”*, Esmeralda: *“As coisas estavam a ser tratadas para nós (...) todas as questões legais, tinham tudo planeado antes de lá chegarem. E depois (...) tínhamos pessoas a segurar a nossa mão em cada etapa dizendo-nos: “Ouçam, isto é o que está a acontecer a seguir, e a seguir”*; Luís: *“As técnicas foram irrepreensíveis, revelando rigor, competência e respeito pela especificidade da nossa estrutura familiar”*). O empenho dos profissionais em ajudar e aprender também foi elogiado pela Sara e a Esmeralda, uma vez que todos procuraram ativamente o seu melhor no sentido de dar respostas às necessidades específicas da adoção LGB (Sara: *“Todos foram super simpáticos (...) eram hospitaleiros, e tentavam falar inglês, mesmo as pessoas não sabiam muito inglês (...) quando viemos para (país), os profissionais estavam muito dispostos a ajudar e a aprender (...) ela (assistente social) era muito responsiva às nossas necessidades, era muito sensível, e deu o seu melhor”*; Esmeralda: *“Tivemos uma experiência muito boa (...) todos foram muito simpáticos e tivemos muita ajuda e objetivos claros que nos foram ditos, e também explicações sobre o que iria acontecer a seguir”*). Houve também possibilidade de manutenção dos contactos com os profissionais da instituição das crianças após a chegada ao país de origem, sem restrições.

7.2. Aspectos negativos

No que concerne aos aspetos negativos houve alguma convergência de opiniões em vários aspetos, embora muitos tenham sido salientados apenas por um participante. Os aspetos negativos serão referidos de acordo com a ordem cronológica do processo de adoção.

Durante a fase de Candidatura, Formação e Avaliação, a Sara e o Luís salientaram a ausência de adaptação do processo face às especificidades da adoção LGB (Sara: *“Não é como se devessem existir coisas em particular, mas existem desafios que enfrentamos que talvez outros pais (casais de sexo diferente) não (...) Por isso, sim, enfrentamos, não diria discriminação, mas mais uma falta de sensibilidade, falta de compreensão”*). Tal é negativo uma vez que existem aspetos específicos da adoção por casais do mesmo sexo que devem de ser reconhecidos para que a adoção seja o mais positiva possível (Luís: *“Eu considero sim (que se deve ter em conta as especificidades), visto que as relações se estabelecem de uma forma diferente”*). Ainda nesta fase, a Sara criticou os formulários que utilizavam uma linguagem heteronormativa, em que apenas são referidos “Marido e Mulher”, não contemplando a diversidade de adotantes que existem (Sara: *“Eram mais os aspetos técnicos que me irritavam, (...) e depois durante a formação, referiam-se sobretudo a casais heterossexuais”*). Por fim, o Luís referiu que sentiu alguma animosidade por parte da psicóloga responsável pelo seu processo, embora saliente que não foi claro que essa atitudes estivesse relacionada com o facto de ser um adotante LGB.

Na fase de espera após o parecer positivo por parte da Equipa de Adoções, a Sara e o José salientam a falta de comunicação por parte da equipa, que torna esta fase mais angustiante. Nada lhes foi referido sobre a evolução do seu processo e, no caso das mães, qual a reação das crianças face à notícia da adoção (Sara: *“Uma das coisas mais difíceis para nós foi não saber o que estava a acontecer. Depois de nos terem dito “Muito bem, preparem os vossos papéis” surgiu esta lacuna (...) não sabíamos, não tínhamos a certeza sobre o que tinha sido dito às crianças até ao último fim-de-semana, não sabíamos o que as crianças pensavam sobre toda a situação, por isso houve uma falta de comunicação por parte dos serviços”; José: “Nada nos é dito. Não sabemos se estamos quase ou se, pelo contrário, continuamos no fundo da lista. Penso que as equipas de adoção deveriam incorporar elementos para garantirem um acompanhamento de proximidade, na fase de espera, e não apenas técnicos para as fases de formação e avaliação dos candidatos”*). Para o José que ainda não tem nenhuma proposta, a falta de comunicação aliada às últimas estatísticas de adoções LGB (Conselho Nacional para a Adoção, 2018), agudizam a angústia que sente (José: *“Quanto à “atribuição” de uma criança, aí já não sei se a lei é suficiente para nos colocar em patamar igual ao dos casais heterossexuais. Como já disse, as mentalidades não se alteram por decreto ou lei e não tenho absolutas garantias de que os “decisores” tenham o mesmo desempenho não discriminatório que as técnicas que nos acompanharam revelaram. Pelo menos, os números divulgados de adoções por casais do mesmo sexo ainda não me dão essa segurança/garantia”*).

Relativamente à preparação das crianças, aspeto apenas refletido pela Sara e pela Esmeralda, ambas sentiram que houve uma preparação insuficiente dos filhos para a integração numa família homoparental. Sara dá o exemplo do filho Manuel que não compreendia o porquê de pertencer ao grupo “Famílias Arco-Íris” (Sara: *“Ele não tinha realmente compreendido bem, e é difícil quando nunca ouviu falar de famílias homoparentais (...) não temos a certeza do que lhes foi dito, não temos a certeza sobre o que lhes foi explicado e não tenho a certeza se eles realmente perceberam”*). Esmeralda salientou a surpresa dos filhos quando perceberam que as mães eram casadas (Esmeralda: *“Obviamente eles sabiam que éramos duas mães, certo? Mas, ficaram, por exemplo, surpreendidos por estarmos casadas, pelo que haviam alguns tópicos que tivemos de abordar”*). Contudo, no que concerne à preparação das crianças para a adoção em si, a Esmeralda considerou que os filhos vinham bem preparados (Esmeralda: *“Ficámos muito surpreendidas por tudo ter sido claramente explicado às crianças. Falaram com as crianças sobre a adoção, explicaram com clareza o que estava a acontecer, e eu acho que isso foi bom”*).

Durante a fase de preparação da criança e transição para a nova família, no caso da Sara e da Esmeralda, ambas evidenciaram, diversas vezes ao longo das entrevistas, a rigidez do processo de adoção que se traduziu em alguns aspetos negativos. Segundo as participantes, o programa de preparação da criança foi implementado com rigidez pois não teve em consideração as reações positivas das crianças (Sara: *“Tendo em conta que as crianças reagiram muito bem, talvez pudesse ter sido um pouco mais rápido (...) a última semana foi estranha, não tínhamos nada para fazer, estava a chover, só queríamos vir para aqui (país) e começar a nossa vida”*; Esmeralda: *“Esperávamos um pouco mais de flexibilidade em vez de um calendário rígido (...) prolongar as coisas para além do que deve ser, quando não é necessário, não ajuda o processo (...) mais flexibilidade no calendário, com base no que acontece”*). A rigidez também foi sentida durante os momentos de convívio das mães com o Manuel e a Andreia, já que a família esteve sempre acompanhada de muitos profissionais (Sara: *“Eles (profissionais) costumavam vir connosco para todo o lado (...) embora tentassem simular um ambiente natural (...) estavam sempre lá (...) depois, disseram-nos que os (filhos) podíamos levar sem mais ninguém”*; Esmeralda: *“Uma coisa que podia ter ajudado (o processo) (...) quando às vezes saíamos com as crianças parecia um grupo de pessoas, saímos e vinham pessoas da instituição, etc.”*). Para além disso, a um dado momento, a Sara salienta que o Manuel passou a reagir negativamente à presença dos profissionais e que tal não foi tido em conta pelos mesmos (Sara: *“Começámos a reparar que sempre que a assistente social vinha fazer uma visita (...) o nosso filho costumava mudar (...) ele estava feliz e bem e depois ficava*

muito calado (...) nós sempre a avisamos disso (assistentes sociais) (...) a rigidez do programa não ajudou (...) e de facto, após uma hora ou duas após ela ir embora ele ficava bem”). Destacam também como negativa, a obrigação do Manuel e da Andreia em testemunharem em ambiente de tribunal também foi salientado como negativo, pois causou-lhes angústia (Sara: *“Outra experiência muito má para eles foi, e para nós porque nunca os tínhamos visto a comportar-se assim antes, foi irem ao Tribunal para se encontrarem com o juiz (...) eles estavam muito nervosos (...) as partes legais, as partes do programa que a assistente social “tem que fazer”, talvez pudessem ser feitas de uma forma menos formal, talvez em vez de irem ao Tribunal, talvez fossem testemunhar noutra lugar”*). Nesta situação, a Sara gostaria que o juiz pudesse ser flexível permitindo que os filhos fossem ouvidos num ambiente menos intimidante para eles.

Quando questionados sobre os serviços de pós adoção, as opiniões da Sara e do José são comuns, apontando para a existência de uma lacuna ao nível do apoio prestado (Sara: *“Teria sido bom se houvesse algum tipo de rede de apoio, por exemplo, no início para ajudar a lidar com o comportamento de Manuel”*; Luís: *“Principalmente do ponto de vista da psicologia deveria de existir um acompanhamento específico para os casais homoafetivos (...)isso talvez pudesse ser interessante para ajudar a lidar com as questões do dia a dia”*). Deixam patente o insuficiente apoio e acompanhamento prestado pelos serviços, face às exigências da adoção (Sara: *“Eles estavam muito ocupados. Por exemplo, depois dessas três visitas, não tivemos muito apoio para além disso, tivemos estas três visitas para fazer o relatório, enviá-lo para Portugal, e pronto”*, Luís: *“O acompanhamento não foi nenhum*).

Para além disso, a Sara e o Luís criticam a pouca atenção que é dada ao bem-estar dos/as adotantes ao longo do processo de adoção (Sara: *“O que os pais sentem deve ser tido em conta”*). O Luís também referiu que todo o processo é centrado nas crianças, negligenciando as angústias que o adotante possa estar a sentir, podendo prejudicar a adoção em si (Luís: *“É preciso que haja apoio para os pais, porque apesar do foco ser a criança, se os pais não forem bem cuidados, se os pais não forem bem tratados, se não forem bem orientados essa relação vai-se dar de forma complicada, complexa. E a criança será prejudicada”*). Durante a entrevista, o Luís refletiu sobre um aspeto problemático que são os casos em que o estabelecimento da relação com a criança está a ser difícil, embora tal não tenha acontecido consigo. Para o Luís, os serviços não estão preparados para lidar com essas situações, culpabilizando os/as adotantes (Luís: *“Toda a sociedade está preparada, digamos assim, para acolher essa mãe (biológica) com os seus sentimentos de rejeição (...) mas na adoção não existe nada preparado para se assumir socialmente com essas situações (...) e vão, claro, nos*

responsabilizar sempre, "você é que quis, você é que foi atrás, você é que fez o processo, agora aguenta, arque com as consequências (...). Acho que esses serviços de apoio deveriam de existir").

7.3. Sugestões

No que concerne a sugestões de aspetos a melhorar, o Luís foi o participante que mais se pronunciou. Uma sugestão reforçada várias vezes ao longo da entrevista, foi a necessidade de apoio psicológico especializado para os/as adotantes LGB tendo em conta as suas especificidades (Luís: *"Se tivesse um sistema de apoio, um núcleo de apoio psicológico a casais homoafetivos, isso talvez pudesse ser interessante para ajudar a lidar com as questões do dia a dia (...) sinto que todos os casais deveriam de ser, de certa forma, acompanhados por um período a partir de sessões de psicoterapia, onde se pudesse fazer um acompanhamento dessa relação (com a criança) que se estabelece a partir do momento da adoção"*). Este apoio deveria ocorrer ao longo do tempo, particularmente durante a pós-adoção, pois é nessa fase que os maiores desafios surgem (Luís: *"Especialmente as crianças que já vêm com alguma idade, mesmo que sejam dois/três anos, enfim, elas entram numa afronta com os pais, elas colocam os pais contra a parede"*). O Luís sugere também a importância de existir um reforço na formação dos profissionais, nomeadamente os médicos pediatras, face às especificidades da adoção LGB. Por último, foi sugerido pela Sara como algo benéfico para a normalização da adoção LGB e facilitação do processo de preparação de uma criança para adoção, que fosse explicado a qualquer criança que tenha processo de adoção, a possibilidade de ser adotada por um casal do mesmo sexo (Sara: *"Em parte para a preparação das crianças, talvez as coisas (casal do mesmo sexo) pudessem ter sido explicadas de forma mais clara (...) eles deveriam ter este tipo de discussões desde o início"*).

5. Discussão

Tendo presente as duas pretensões centrais deste estudo, conhecer as experiências dos/as adotantes LGB ao longo do processo de adoção e recolher as suas opiniões relativamente às práticas profissionais no domínio, a discussão será desenvolvida em torno dos objetivos específicos definidos: (1) Conhecer as motivações, inquietações e fatores que impulsionaram a tomada de decisão para iniciar o processo de adoção; (2) Explorar a dinâmica das relações familiares com a(s) criança(s) nos casos em que a(s) mesma(s) chegou(aram) a casa; (3) Explorar as dinâmicas familiares com a família alargada e a rede de amigos enquanto fontes de

apoio; (4) Conhecer quais os recursos e estratégias utilizadas para fazer face às dificuldades e obstáculos ao longo do processo de adoção; (5) Explorar de que forma é gerida a comunicação nas famílias homoparentais relativamente à adoção e à orientação sexual/estrutura familiar do/a(s) adotante(s) e (6) Identificar aspetos positivos, aspetos negativos e sugestões acerca das práticas profissionais, de acordo com as perspetivas dos/as adotantes.

Um primeiro objetivo específico desta investigação consistiu em explorar quais as motivações impulsionadoras para iniciar o processo de adoção. Tal como foi proposto por Costa e Tasker (2018), as motivações dos/as adotantes LGB centram-se em duas categorias: motivações altruístas ou individualistas. No discurso dos/as nossos/as participantes emergiram duas motivações de carácter individualista: (1) o desejo de se tornarem pais/mães e (2) o interesse em evoluir para a parentalidade como consequência de um relacionamento feliz. Para além disso, emergiu uma motivação altruísta, referida pela Sara: ter possibilidade de ajudar uma criança. Relativamente ao desejo parental, as explicações dadas pelos/as nossos/as participantes não diferiram das comumente apresentadas por casais de sexo diferente (Van Balen & Inhorn, 2002). No caso da Sara, embora a mesma tenha explicado que o seu desejo de ser mãe também vinha acompanhado da motivação altruísta de poder ajudar uma criança, a literatura demonstra que as mulheres sofrem de uma grande pressão social para serem mães (Van Balen & Inhorn, 2002), aspeto que merece maior aprofundamento em estudos futuros

. No que concerne à associação da felicidade conjugal à parentalidade, encontra-se novamente a convergência com uma tendência idêntica nos casais do sexo diferente (Van Balen & Inhorn, 2002), em que o desejo de ter filhos surge habitualmente após o casamento. Assim, a chegada de uma criança é uma etapa fundamental no ciclo vital da família (e.g. Mcgoldrick et al., 2016), importante para que o casal consiga satisfazer a necessidade de construir um futuro em comum (Langdrige et al., 2000).

Assim, embora os/as participantes tenham mencionado motivações individualistas, tal não se refletiu na imposição de características específicas das crianças a adotar, semelhante ao descrito por alguns autores (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Goldberg, 2009; Varon, 2000, as cited in Matthews & Cramer, 2006). Por exemplo, contrariamente aos resultados do estudo de Goldberg (2009) em que os/as adotantes LGB tinham preferências relativamente a algumas características das crianças, os/as nossos/as participantes permaneceram abertos a adotar crianças de ambos os sexos e de etnia ou “raça” distintas das suas. Contudo, a interpretação deste fenómeno levanta duas questões: As pessoas LGB não colocam restrições porque são mais altruístas? E/ou porque têm consciência de que terão menos hipóteses de adotar se não o fizerem? No que diz respeito à segunda explicação, vários autores (e.g. Brooks & Goldberg,

2001; Costa & Tasker, 2018; Matthews & Cramer, 2006), salientam efetivamente que os profissionais tendem a colocar as crianças “mais desafiantes” com os/as adotantes LGB. Todavia, a idade pré-escolar foi, curiosamente, apresentada como preferencial em dois dos casos. Esta preferência assentava na necessidade de os pais terem tempo para ensinar e normalizar questões específicas associadas à homoparentalidade e preparar a criança para eventuais situações negativas/discriminatórias antes de esta entrar na escola. Esta preferência etária tem um carácter altruísta, uma vez que é motivada pelo receio da criança vir a ser alvo de comentários negativos (Costa & Tasker, 2018; Messina & D’Amore, 2018; Shechner et al., 2010). É importante salientar que, contrariamente aos/às adotantes LGB, o que leva os casais de sexo diferente a preferir crianças mais novas (Brooks, et al., 2002) deve-se à intenção de se assemelharem o mais possível a uma família formada biologicamente (Ishizawa & Kubo, 2013). Tal pode estar relacionado com a crença de que as famílias formadas biologicamente são superiores às famílias adotivas, fenómeno denominado de “adotismo” (Steinberg & Hall, 2000).

Ao contrário dos casais de sexo diferente, a adoção é considerada pelas pessoas LGB a via primordial para o acesso à parentalidade (Farr & Patterson, 2013; Jennings et al., 2014). Neste estudo, a escolha da adoção como via de acesso à parentalidade mostrou estar associada a aspetos económicos. Nesta medida, um dos participantes sublinhou que este método é mais acessível, comparativamente com outros métodos como a gestação de substituição (Jennings et al., 2014). O facto de este participante ser do género masculino remete para obstáculos à parentalidade adicionais no caso dos homens gay (Gato et al., 2020). A estabilidade económica constituiu-se como um elemento muito importante na decisão de iniciar a parentalidade. Este último aspeto revelou-se consistente com o que é sustentado por Crouch et al. (2014), em que os/as adotantes LGB tendem a decidir iniciar a parentalidade quando se encontram numa posição financeira e social que lhes permita ter condições de criar um filho. A mudança do quadro legal, em que a adoção por casais do mesmo sexo passou a ser permitida, foi referida em alguns casos como o aspeto decisivo que impulsionou o iniciar do processo de adoção. Para compreender estes resultados, é importante relembrar que o quadro legal é para muitos/as adotantes um dos maiores obstáculos quando ponderam a adoção (Gato, Santos, & Fontaine, 2017). Isto é, em países em que é proibida a adoção por casais do mesmo sexo, o casal vê-se obrigado a decidir qual dos membros irá iniciar o processo como singular, sendo a orientação sexual comumente omitida (Goldberg et al., 2007).

No que concerne às inquietações, um dos participantes verbalizou que a fase de ponderação foi pautada por reflexões sobre diversos aspetos do processo de adoção, o que remete para Santona e Zavattini (2005), quando referem que desde o momento em que os casais

do mesmo sexo e pessoas LGB ponderam adotar, levantam-se inúmeras inquietações. Uma delas é o facto de as pessoas LGB temerem e anteciparem vir a ser alvo de atitudes e comportamentos discriminatórios por parte dos profissionais, tal como mencionado por dois participantes (Brooks & Goldberg, 2001). Contudo, contrariamente ao que antecipavam, a maior parte dos/as nossos/as participantes não sentiram que foram tratados de maneira diferente comparativamente aos adotantes de sexo diferente. A título de exceção, salienta-se alguma animosidade, sentida por um participante, por parte da Psicóloga dos serviços de adoção. Na explicação destes resultados deve ser tida em consideração a dimensão da amostra bem como o possível efeito de seleção: participantes mais satisfeitos com o processo terão maior disponibilidade para revelar detalhes do processo de adoção.

Relativamente ao apoio prestado pela família alargada e amigos, surgiram duas narrativas: o casal feminino estava muito satisfeito com o apoio prestado por parte da sua família, comparativamente com o Luís que refere ter-se sentido só e sobrecarregado. Tal como foi refletido no enquadramento teórico, o apoio prestado pela família e/ou amigos é considerado extremamente importante para as dinâmicas familiares adotivas (Gallant, 2000), especialmente para os casais do mesmo sexo que enfrentam dificuldades e obstáculos ao longo do processo de adoção (Messina & D'Amore, 2018).

Outro objetivo tinha como foco conhecer quais os recursos e as estratégias utilizadas pelos/as participantes quando confrontados/as com dificuldades e obstáculos no processo de adoção. Nos dois casos em fase de pós-adoção, a pertença a grupos de apoio permitiu obter recursos para fazer face aos desafios que iam surgindo ao longo do tempo. Especialmente no caso do Luís, que não obtinha a ajuda da família a ajuda que precisava, foi num grupo de pais adotivos que encontrou a ajuda e o apoio que precisava. Outro aspeto a destacar, que também exigiu a mobilização de estratégias, foi o facto de uma das crianças ter sido alvo de *bullying*. Embora Leddy e colaboradores (2012) reportem que os filhos de mães lésbicas aparentem ter uma relação positiva com os pares, uma minoria ainda é alvo de atitudes e comportamentos estigmatizantes e homofóbicos na escola (Fairtlough, 2008; Robitaille and Saint-Jacques, 2009). Apesar das mães terem salientado que o *bullying* podia não estar relacionado com a sua estrutura familiar, a verdade é que a situação se constitui desafiante para todos os elementos da família. Neste caso, os *role-playing* (e.g. “O que diríamos nesta situação se alguém nos dissesse isto?”) constituíram-se a melhor estratégia para munir o filho de respostas caso viesse a ser alvo de comentários estigmatizantes. Uma possível potencialidade específica da homoparentalidade, é a maior capacidade dos pais e mães empatizarem e ensinarem aos seus filhos estratégias de *coping* que tenham sido bem-sucedidas quando foram alvo de comentários

negativos devido à sua orientação sexual (Matthews & Cramer, 2005). Esta possível potencialidade pode ser trabalhada pelos profissionais, durante as sessões de grupo que decorrem na fase de formação no processo de adoção. Deste modo, durante as sessões, podem ser exploradas com os/as adotantes LGB as suas experiências e eventos de vida únicos que, futuramente, os ajudem a compreender as experiências de vida da(s) criança(s) adotada(s) (Matthews & Cramer, 2005).

Aprofundando as questões da comunicação nas famílias homoparentais, nomeadamente sobre a adoção em si e sobre a sua estrutura familiar minoritária, a forma como os/as participantes lidam com estas questões revelou-se muito aberta, sugerindo ser específica, adequada e adaptada à criança. A intenção de manter a comunicação aberta, relativamente a ambos os tópicos, foi transversal a todos/as os/as participantes, sendo possível criar um paralelismo entre a importância dada pelos/as mesmos/as à comunicação aberta na família que estão a construir, e a dificuldade e angústia que os/as pais/mães sentiram ao falarem da sua sexualidade nas suas famílias de origem. Embora a presente investigação não se tenha focado em explorar a forma como a família de origem lidou com o *coming-out* dos pais adotivos, os estudos (e.g. Savin-Williams & Esterberg, 2000) salientam que este momento é frequentemente vivenciado com angústia, dado que a grande maioria das famílias reage negativamente à revelação da orientação não heterossexual de um filho ou de uma filha. Dadas as experiências negativas que muitos gays e lésbicas enfrentam nas suas famílias de origem, é importante que com os seus filhos a comunicação seja aberta para que nenhum elemento sinta que abordar a temática da adoção ou da estrutura familiar é um tabu. Segundo Matthews e Cramer (2005, 2006), os próprios profissionais dos serviços de adoções devem-se focar, não na forma como a divulgação nas famílias de origem decorreu, mas antes em perguntar aos/às adotantes LGB a forma como estes irão gerir a comunicação da temática da adoção e tipologia familiar com a criança adotada e que ilações tiram da sua própria experiência paralela de revelação da orientação sexual. Outro aspeto a destacar relativamente à comunicação, embora não prevista nos objetivos mas que emergiu nas narrativas dos/as participantes, prende-se com a forma como os filhos destes casais falam sobre a sua família com os pares e comunidade. Nas duas famílias, os filhos praticavam aquilo que é definido na literatura como “*selective disclosure*”, ou seja, falam do tópico a algumas pessoas de confiança (Lubbe, 2008). Tal pode-se dever ao facto das crianças que crescem em famílias homoparentais recearem ser alvo de atitudes e/ou comportamentos discriminatórios, contudo, a literatura tem vindo a reportar que apenas uma minoria destas crianças já foi alvo de atitudes homofóbicas por parte dos pares (Fairtlough, 2008; Robitaille & Saint-Jacques, 2009).

O último objetivo específico da investigação consistiu em identificar quais as práticas e atitudes dos profissionais que facilitaram e dificultaram o processo de adoção para os/as participantes. Analisando globalmente as narrativas dos/as participantes, embora tenham destacado aspetos positivos, fica patente que foram mais os aspetos negativos enunciados, tendo sido feitas várias críticas relativamente às práticas dos serviços de adoção. Primeiramente, destaca-se a ausência de reconhecimento das especificidades dos/as adotantes LGB que levou à não adaptação do processo face às mesmas. Estes aspetos traduziram-se, por exemplo, na ausência de linguagem inclusiva nos formulários, testemunho semelhante ao de adotantes gay norte americanos (Goldberg, 2012). Para além disso, os/as participantes também consideraram importante a existência apoio psicológico específico para os/as adotantes LGB. Esta crítica relaciona-se com outro aspeto a destacar que é a reduzida atenção dada ao bem-estar do adotante ao longo do processo de adoção. Embora a literatura saliente a importância de um ambiente familiar saudável para o normativo desenvolvimento das crianças (e.g. Brodzinsky & Pinderhughes, 2002), segundo os testemunhos dos/as participantes, o processo formal parece ainda não preparado para dar o apoio efetivamente necessário aos/às adotantes LGB. Este aspeto é especialmente importante uma vez que a homoparentalidade ainda é encarada como negativa por uma grande parte da sociedade (Morse et al., 2007), levando a que adotantes LGB se sintam ansiosos e inseguros relativamente às suas capacidades parentais (Shapiro et al., 2009; Shechner et al., 2010). Assim, uma sugestão dada pelos/as participantes relativamente a este aspeto, prende-se com a prestação de apoio especializado para os/as adotantes LGB, dada as angústias específicas que surgem dada a sua orientação sexual minoritária (e.g. sentirem-se ansiosos sobre o/a filho/a ser alvo de discriminação na escola). A falta de comunicação por parte da Equipa de Adoções durante a fase de espera foi outro aspeto negativo apontado pelos/as participantes. Este aspeto aleado ao suspense e incerteza da duração do tempo de espera cria nos/as adotantes grande inquietude e angústia. No que diz respeito ao aspetos positivos, os mais evidentes foram a competência e o rigor dos profissionais e a boa preparação da/s criança/s para a adoção. Os/as participantes destacaram que, não só os profissionais se mostraram neutros face à sua orientação sexual, como sentiram que os mesmos estavam bem preparados. Por fim, as duas participantes referiram que tiveram uma experiência positiva ao longo de todo o processo de adoção e que os profissionais sempre se mostraram bastante empenhados em ajudar, resultado convergente com o encontrado por Ryan e Whitlock (2007).

6. Conclusão

A presente investigação, enquadrada no projeto em curso “Adoção LGB em Portugal: Reenquadrando Práticas Profissionais”, constitui-se como um segundo momento fulcral para a planificação das melhorias a implementar na intervenção dos serviços de adoção em Portugal, uma vez que completa a informação anteriormente recolhida sobre a perspetiva dos profissionais, com a recolha de testemunhos de adotantes LGB. O método de recolha de dados utilizado teve como objetivos a compreensão da vivência do projeto de adoção por parte de casais do mesmo sexo e pessoas LGB e o conhecimento das suas perspetivas face ao processo de adoção e às práticas profissionais no domínio.

Durante as entrevistas realizadas aos/às adotantes, foi visível a satisfação que sentiam com a conquista da parentalidade adotiva e, em que quem ainda se encontra à espera, a resiliência na luta pelo desejo de ser pai. No caso da Sara, Esmeralda e Luís, as suas narrativas eram pautadas por amor, carinho e preocupação para com os filhos, mostrando-se muito orgulhosos das famílias que construíram. No caso do Luís é patente a angústia que tem sentido por se encontrar na fase de espera, não conseguindo evitar o receio de que o estigma social associado a ser gay esteja a contribuir para a demora e ponha em risco este projeto por ele tão desejado.

Numa sùmula dos resultados, destacamos que os motivos que impulsionam os casais do mesmo sexo a quererem ter filhos parecem semelhantes aos dos casais de sexo diferente. A escolha da adoção parece ser maioritariamente influenciada pela emergência da oportunidade da adoção por casais do mesmo sexo e também por aspetos económicos, na medida em que se constitui um via de acesso à parentalidade menos dispendiosa (por exemplo, do que a gestação de substituição). Durante a fase de ponderação da tomada de decisão, surgem algumas inquietações especificamente relacionadas com o impacto da orientação sexual minoritária destes/as adotantes (e.g. a escolha da escola do(s) filho(s)). Nos dois casos que se encontram em pós-adoção, foi relatado que as crianças tiveram muito boa adaptação à família. Uma dificuldade comum referida pelos/as participantes durante o período de adaptação, foram alguns comportamentos problemáticos das crianças. Todavia, os obstáculos ao nível da integração da criança no contexto escolares parecem ser acentuados. Ao nível das redes de suporte social, os amigos destacaram-se como tendo um papel muito satisfatório; já em relação à família alargada as experiências divergiram. Sobressaem a preocupação e riqueza das estratégias destes casais, em munir os seus filhos de ferramentas para lidarem com a heteronormatividade, o heterossexismo e a homofobia (Warner, 1991 as cited in Gato et al.,

2020; Herek, 1990; Herek, 1984 as cited in Gato et al., 2020). Ao nível da comunicação sobre a adoção e a tipologia familiar revelou-se importante que a mesma se mantivesse aberta, devendo os tópicos ser abordados, desde sempre, com naturalidade. Foram também exemplificadas diversas atuações a este nível, desde a apresentação do tema na escola, às estratégias ensinadas filhos para lidar com confrontos ou bullying devido ao estatuto de adotado/a ou tipologia familiar. Neste sentido, as duas mães reportaram que os *role-playing* ajudam a promover a comunicação sobre eventuais situações negativas pelas quais os filhos possam passar, e permitem muni-los de conhecimento de como responder, de forma respeitosa, a comentários críticos no futuro.

Contrariamente ao estigma e discriminação frequentemente descritos na literatura, os nossos participantes não sentiram que tenham sido alvo de atitudes e/ou comportamentos negativos devido à sua orientação sexual por parte dos profissionais envolvidos no processo de adoção, considerando que mostraram neutralidade em relação à sua situação, chegando um dos participantes a comentar que os profissionais até manifestaram admiração e apreço pela candidatura. Referiram, também, que os profissionais revelaram competência e rigor nas suas práticas e empenho em aprender e ajudar. Não obstante, consideraram que os profissionais ainda revelavam alguma heteronormatividade na linguagem utilizada. Para além disso, os participantes destacaram a falta de reconhecimento das especificidades da adoção LGB e a necessidade dos serviços proporcionarem apoio específico para estes/as adotantes. Destacaram-se, ainda, as falhas ao nível da preparação da criança para a adoção, nomeadamente ao nível da informação dada sobre a estrutura das famílias homoparentais. Por fim, destacaram o muito insuficiente acompanhamento na pós-adoção, nomeadamente ajustado às especificidades das famílias homoparentais.

Uma das limitações mais significativas do estudo é a amostra bastante reduzida, que impede o conhecimento mais completo do fenómeno em análise. Salienta-se que tal se prendeu com a elevada dificuldade em recrutar participantes. A discrepância entre os contactos realizados e os participantes que acabaram por participar no estudo, suscitam questões cuja reflexão é relevante. Foi sentida, pelos investigadores, uma resistência inesperada dos indivíduos LGB em participar no estudo, sendo esta resistência exacerbada principalmente nos/as candidatos/as que ainda não tinham efetivadas as adoções. Uma possível explicação é o receio de perda de anonimato, uma vez que Portugal é um país pequeno e o número de adoções LGB ainda é bastante reduzido. Para além disso, duas potenciais participantes recearam que eventuais apreciações negativas do processo e/ou relativamente às práticas dos profissionais, as pudessem, de alguma forma, penalizar (ainda que lhes tenha sido naturalmente assegurado

o total anonimato). Outra limitação que pode ter influenciado os resultados, ainda referente à amostra, prende-se com a voluntariedade da mesma, uma vez que o recrutamento dos participantes foi por conveniência. Para além disso, pode ter surgido um possível efeito de seleção, em que os/as adotantes mais satisfeitos com o processo aparentam ter maior disponibilidade para revelar detalhes do processo de adoção. Por fim, outro aspeto que poderia ter enriquecido a presente investigação, diz respeito à ausência de instrumentos de recolha de dados complementares à entrevista. Todavia, tal aspeto não foi possível dadas as limitações de tempo e recursos humanos inerentes ao projeto de investigação, bem como, ter-se considerado que a duração da entrevista já seria muito exigente para os participantes.

Não obstante as limitações supracitadas, este estudo dá um importante contributo à ainda reduzida literatura portuguesa no domínio das experiências dos/as adotantes LGB. Os resultados obtidos permitem cumprir o propósito inicial de obter pistas quantos à mudança e melhorias a fazer no trabalho na área. Foi assim possível obter sugestões específicas relativamente às práticas profissionais no domínio: (1) formulários com linguagem inclusiva face à diversidade de adotantes (singulares heterossexuais, gays ou lésbicas, e casais do mesmo sexo e de sexo diferente) em que as informações são explicitadas de forma clara; (2) formação para diversos profissionais (e.g. médicos, professores, técnicos do processo de adoção) face às especificidades das famílias homoparentais); (3) promover a comunicação entre as Equipas de Adoções e os candidatos durante a fase de espera; (4) reconhecimento e adaptação do processo de adoção face às especificidades da adoção LGB e (5) apoio psicológico especializado e contínuo ao longo do tempo para adotantes LGB. Salientamos das sugestões apresentadas a respeitante à formação sobre as especificidades das famílias homoparentais aos diversos profissionais implicados no acompanhamento a estas famílias (os da adoção, mas também os da saúde, como médicos pediatras); uma preparação especializada das crianças em relação à tipologia das famílias homoparentais e, ainda, a existência de apoio psicológico especializado para os/as adotantes LGB na pós-adoção. Estas reflexões deixadas pelos participantes, associadas às estratégias que nos descreveram sobre a forma como lidaram com a constituição das redes de suporte, a socialização da criança e a comunicação sobre a adoção e as especificidades da sua tipologia familiar minoritária, constituem um saber indubitavelmente valioso para a constituição do plano de preparação dos profissionais da adoção, atualmente em curso.

Para investigações futuras consideramos muito pertinente o alargamento do estudo a uma amostra maior de candidatos LGB, independentemente da fase em que se encontram no processo. Com o aumento de casos de adoções LGB, torna-se pertinente realizar estudos que

explorem as suas experiências face ao projeto adotivo, comparando-as com as dos casais de sexo diferente. Os contributos dos/as candidatos/as e adotantes LGB são altamente importantes para melhorar as práticas profissionais em Portugal dada a ausência, até à data, de diretrizes que tenham em conta as especificidades destes/as adotantes. Neste sentido, a partir do presente estudo exploratório, emergiram um conjunto de implicações pertinentes para a qualificação das práticas profissionais na adoção, de modo a tornarem-se culturalmente competentes e inclusivas. Para além disso, seria muito interessante dar continuidade ao estudo articulado desta temática, em que o foco das investigações futuras fossem as crianças adotadas por casais do mesmo sexo e adotantes singulares LGB. É altamente pertinente e enriquecedor, a nível profissional e pessoal, ouvir as experiências únicas de cada pessoa envolvida num processo sempre complexo e desafiante como é a adoção, identificando-se nos estudos de caso uma inesgotável fonte de aprendizagem.

Referências bibliográficas

- Anderssen, N., Amlie, C., & Ytterøy, E. A. (2002). Outcomes for children with lesbian or gay parents. A review of studies from 1978 to 2000. *Scandinavian Journal of Psychology*, 43(4), 335–351. <https://doi.org/10.1111/1467-9450.00302>
- Biblarz, T., & Stacey, J. (2010). How Does the Gender of Parents Matter? *Journal of Marriage and Family*, 72(1), 3–22. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2009.00678.x>
- Bos, H., van Balen, F., & van den Boom, D. (2003). Planned lesbian families: Their desire and motivation to have children. *Human Reproduction*, 18, 2216–2224. <https://doi.org/10.1093/humrep/deg427>
- Bos, H., van Balen, F., & van den Boom, D. (2007). Child adjustment and parenting in planned lesbian-parent families. *American Journal of Orthopsychiatry*, 77(1), 38–48. <https://doi.org/10.1037/0002-9432.77.1.38>
- Brodzinsky, D. (1984). New perspectives on adoption revelation†. *Early Child Development and Care*, 18(1–2), 105–118. <https://doi.org/10.1080/0300443840180105>
- Brodzinsky, D., & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (2nd ed., pp. 279–312). NJ: Lawrence Erlbaum Associates. 244–253. <https://doi.org/10.1080/00207594.2011.645484>
- Brooks, D., & Goldberg, S. (2001). Gay and Lesbian Foster Care Placements: Can They Meet The Needs Of Waiting Children?. *Social Work*, 46(2) 147-157. <https://doi.org/10.1093/sw/46.2.147>
- Chabot, J., & Ames, B. (2004). It wasn't "let's get pregnant and go do it": Decision making in lesbian couples planning motherhood via donor insemination. *Family Relations*, 53, 348–356. <https://doi.org/10.1111/j.0197-6664.2004.00041.x>
- Clarke, V. (2001). What about the children? arguments against lesbian and gay parenting. *Women's Studies International Forum*, 24(5), 555-570. [http://doi:10.1016/s0277-5395\(01\)00193-5](http://doi:10.1016/s0277-5395(01)00193-5)
- Conselho Nacional para a Adoção (2018). *Relatório Anual de Atividades 2018*. Conselho Nacional para a Adoção. <http://www.segsocial.pt/documents/10152/16248574/Relat%C3%B3rio%20de%20atividades%20do%20Conselho%20Nacional%20para%20a%20Ado%C3%A7%C3%A3o%20-%202017/5828ff7f-ba45-4434-9d57-c9cd18ab056c>
- Costa, P. A., & Tasker, F. (2018). “We Wanted a Forever Family”: Altruistic, Individualistic, and Motivated Reasoning Motivations for Adoption Among LGBTQ Individuals. *Journal of Family Issues*, 39(18), 4156–4178. <https://doi.org/10.1177/0192513x18810948>
- Covington, S., & Burns, L. (2006). *Infertility Counseling: A comprehensive handbook for clinicians*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511547263>
- Crouch, S., Waters, E., McNair, R., Power, J., & Davis, E. (2014). Parent-reported measures of child health and wellbeing in same-sex parent families: a cross-sectional survey. *BMC Public Health*, 14(1). <https://doi.org/10.1186/1471-2458-14-635>
- DeMino, K., Appleby, G., & Fisk, D. (2007). Lesbian mothers with planned families: A comparative study of internalized homophobia and social support. *American Journal of Orthopsychiatry*, 77(1), 165–173. <https://doi.org/10.1037/0002-9432.77.1.165>

- Duvall, E. (1988). Family Development's First Forty Years. *Family Relations*, 37(2), 127–134. <https://doi.org/10.2307/584309>
- European Union Agency For Fundamental Rights. (2020). FRA's 2019 EU LGBTI Survey II Results. Retrieved from <https://fra.europa.eu/en/publication/2020/eu-lgbti-survey-results>
- Fairtlough, A. (2008). Growing up with a lesbian or gay parent: young people's perspectives. *Health & Social Care in the Community*, 16(5), 521–528. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2524.2008.00774.x>
- Farr, R. & Patterson, C. (2013). Lesbian and gay adoptive parents and their children. In Golberg, A. & Allen, K. (Eds.), *LGBT-Parent families. Innovations in research and implications for practice* (pp. 39-55). NY: Springer.
- Farr, R. H. (2017). Does parental sexual orientation matter? A longitudinal follow-up of adoptive families with school-age children. *Developmental Psychology*, 53(2), 252–264. <https://doi.org/10.1037/dev0000228>
- Fernández Molina, M., & Alarcon, E. (2015). Adoption and Homosexual Parenting. Professionals' Attitudes in a Spanish Sample [Adopción y LGTB familias. Actitudes de los profesionales en una muestra española]. *Acción Psicológica*, 12(1), 91. <https://doi.org/10.5944/ap.12.1.14269>
- Flaks, D. K., Ficher, I., Masterpasqua, F., & Joseph, G. (1995). Lesbians Choosing Motherhood: A Comparative Study of Lesbian and Heterosexual Parents and Their Children. *Developmental Psychology*, 31(1), 105-114. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.31.1.105>
- Gallant, N. (2000). What works in special needs adoption. In M. P. Kluger, G. Alexander, & P. A. Curtis (Eds.), *What works in child welfare* (pp. 227–234). CWLA Press.
- Gato, J. (2014). *Homoparentalidades: prespetivas psicológicas*. Almedina.
- Gato, J., & Fontaine, A. (2010). Desconstruindo preconceitos sobre a homoparentalidade. *LES Online*. 2 (2), 14-21.
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2013). Anticipation of the sexual and gender development of children adopted by same-sex couples. *International Journal of Psychology*, 48(3), <https://doi.org/10.1080/00207594.2011.645484>
- Gato, J., & Henriques, M. (2018, julho). Professionals' experiences facing the challenges of same-sex couples adoption in Portugal. ICAR 6 – International Conference on Adoption Research. 8-13 julho, Montréal, Canada.
- Gato, J., & Henriques, M. (2019, novembro). Trabalhando éticamente com parejas del mismo sexo: Nuevos desafios para profesionales de adopción en Portugal. 5th International Congress of Clinical and Health Psychology on Children and Adolescents, 14-16 novembro, Oviedo, Espanha.
- Gato, J., Freitas, D., & Fontaine, A. (2012). Atitudes relativamente à homoparentalidade de futuros/as intervenientes da rede social. *PSICOLOGIA*, 26(1), 71–95. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v26i1.263>
- Gato, J., Henriques, M. & Leal (2020) *Adoption by Lesbian Women and Gay Men: Perceived Challenges and Training Needs for Professionals in Portugal*. Manuscript submitted for publication

- Gato, J., Leal, D., Coimbra, S., & Tasker, F. (2020). Anticipating Parenthood Among Lesbian, Gay, Bisexual, and Heterosexual Young Adults Without Children in Portugal: Predictors and Profiles. *Frontiers in Psychology, 11*. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01058>
- Gato, J., Leal, D., Tasker, F. (2019). Parenting desires, parenting intentions, and anticipation of stigma upon parenthood among lesbian, bisexual, and heterosexual women in Portugal. *Journal of Lesbian Studies, 1–13*. <https://doi.org/10.1080/10894160.2019.1621733>
- Goldberg, A. (2009). Heterosexual, lesbian, and gay preadoptive parents' preferences about child gender. *Sex Roles, 61*, 55–71. <https://doi.org/10.1007/s11199-009-9598-4>
- Goldberg, A. (2012). *Gay Dads: Transitions to Adoptive Fatherhood (Qualitative Studies in Psychology)*. NYU Press.
- Goldberg, A., Downing, J. B., & Richardson, H. B. (2009). The Transition From Infertility To Adoption: Perceptions of Lesbian and Heterosexual Couples. *Journal of Social and Personal Relationships, 26*, 938-963. <https://doi.org/10.1177/0265407509345652>
- Goldberg, A., Downing, J., & Sauck, C. (2007). Choices, Challenges, and Tensions: Perspectives of Lesbian Prospective Adoptive Parents. *Adoption Quarterly, 10*(2), 33–64. https://doi.org/10.1300/j145v10n02_02
- Golombok, S., & Badger, S. (2010). Children raised in mother-headed families from infancy: A follow-up of children of lesbian and single heterosexual mothers, at early adulthood. *Human Reproduction, 25*(1), 150–157. <https://doi.org/10.1093/humrep/dep345>
- Golombok, S., Perry, B., Burston, A., Murray, C., Mooney-Somers, J., Stevens, M., & Golding, J. (2003). Children with lesbian parents: A community study. *Developmental Psychology, 39*(1), 20-33. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.39.1.20>
- Greil, A., Leitko, T., & Porter, K. (1988). Infertility. *Gender & Society, 2*(2), 172-199. <https://doi.org/10.1177/089124388002002004>
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo : sentidos e formas de uso*. São João Do Estoril, Portugal Príncipeia.
- Henriques, M., Teixeira, D., & Silva, S. (2017). *Programa de preparação da criança para a adoção: manual*. Coisas de Ler.
- Herek, G., Gillis J., & Cogan J. 2009. Internalized Stigma Among Sexual Minority Adults: Insights From Asocial Psychological Perspective. *Journal of Counseling Psychology, 56*:32–43. <http://dx.doi.org/10.1037/a0014672>
- Hill, C. E. (Ed.). (2012). *Consensual qualitative research: A practical resource for investigating social science phenomena*. American Psychological Association.
- Hoksbergen, R. A. C. (1997). Turmoil for adoptees during their adolescence? *International Journal of Behavioral Development, 20*, 33^6. <https://doi.org/10.1080/016502597385423>
- ILGA World. (2019). State-Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update. https://ilga.org/downloads/ILGA_World_State_Sponsored_Homophobia_report_global_1_egislation_overview_update_December_2019.pdf
- ILGA-Portugal. (2017). *Adoção por casais do homossexuais*. ILGA - Portugal. Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo. <http://ilga-portugal.pt/noticias/index.php?codigo=904>
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2019). *Como adotar - seg-social.pt*. Seg-Social.Pt. <http://www.seg-social.pt/como-adotar>

- Ishizawa, H., & Kubo, K. (2013). Factors Affecting Adoption Decisions. *Journal of Family Issues*, 35(5), 627–653. <https://doi.org/10.1177/0192513x13514408>
- Jennings, S., Mellish, L., Tasker, F., Lamb, M., & Golombok, S. (2014). Why Adoption? Gay, Lesbian, and Heterosexual Adoptive Parents' Reproductive Experiences and Reasons for Adoption. *Adoption Quarterly*, 17(3), 205–226. <https://doi.org/10.1080/10926755.2014.891549>
- Kinkler, L., & Goldberg, A. (2011). Working With What We've Got: Perceptions of Barriers and Supports Among Small-Metropolitan-Area Same-Sex Adopting Couples. *Family Relations*, 60(4), 387–403. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2011.00654.x>
- Kleinert, E., Martin, O., Brähler, E., & Stöbel-Richter, Y. (2013). Motives and Decisions for and Against Having Children Among Nonheterosexuals and the Impact of Experiences of Discrimination, Internalized Stigma, and Social Acceptance. *The Journal Of Sex Research*, 52(2), 174-185. <https://doi:10.1080/00224499.2013.838745>
- Kurdek, L. (2001). Differences Between Heterosexual-Nonparent Couples and Gay, Lesbian, and Heterosexual-Parent Couples. *Journal of Family Issues*, 22(6), 727–754. <https://doi.org/10.1177/019251301022006004>
- Kurdek, L. (2006). Differences Between Partners From Heterosexual, Gay, and Lesbian Cohabiting Couples. *Journal of Marriage and Family*, 68(2), 509–528. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2006.00268.x>
- Langdridge, D., Connolly, K., & Sheeran, P. (2000). Reasons for wanting a child: A network analytic study. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 18(4), 321–338. <https://doi.org/10.1080/713683044>
- Leddy, A., Gartrell, N., & Bos, H. (2012). Growing Up in a Lesbian Family: The Life Experiences of the Adult Daughters and Sons of Lesbian Mothers. *Journal of GLBT Family Studies*, 8(3), 243–257. <https://doi.org/10.1080/1550428x.2012.677233>
- Leyser, O. (2009). "Choosing" Parenthood through Fertility Treatments: The Importance of Biological Children and the Difficult Roads in their Pursuit. <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,uid&db=psyh&AN=2009-99210-481&lang=pt-pt&site=ehost-live&scope=site>
- Lubbe, C. (2008). The Experiences of Children Growing up in Lesbian-Headed Families in South Africa. *Journal of GLBT Family Studies*, 4(3), 325–359. <https://doi.org/10.1080/15504280802177540>
- Marinho, M. (2019). *Intenções parentais, vias para a parentalidade e experiências no contexto de saúde de pessoas trans*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto]. *Repositório Aberto UP*. <https://hdl.handle.net/10216/121003>
- Mascarenhas, M. C. & Alarcão, M. (2008). Famílias Adotivas e Processo de Adopção. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coord.). *Violência e vítimas de crimes - crianças*. 245-289. Quarteto Editora
- Matthews, J. D., & Cramer, E. P. (2006). Envisaging the Adoption Process to Strengthen Gay- and Lesbian-Headed Families: Recommendations for Adoption Professionals. *Child Welfare: Journal of Policy, Practice, and Program*, 85(2), 317–340. <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,uid&db=pbh&AN=21634761&lang=pt-pt&site=ehost-live&scope=site>

- Matthews, J., & Cramer, E. (2005). Parallel Process Issues for Lesbian and Gay Adoptive Parents and Their Adopted Children. *Journal of Family Social Work, 9*(3), 35–56. https://doi.org/10.1300/j039v09n03_03
- Mcgoldrick, M., Carter, E., & Garcia-Preto, N. (2016). *The expanding family life cycle: individual, family, and social perspectives*. Pearson.
- Mellish, L., Jennings, S., Tasker, F., Lamb, M., & Golombok, S. (2015). Gay, Lesbian and Heterosexual Adoptive Families: Family Relationships, Child Adjustment and Adopters' Experiences. *Child & Family Social Work, 20*(1), 127–128.
- Messina, R., & D'Amore, S. (2018). Adoption by Lesbians and Gay Men in Europe: Challenges and Barriers on the Journey to Adoption. *Adoption Quarterly, 21*(2), 59-81. <https://doi:10.1080/10926755.2018.1427641>
- Mezey, N. (2008). *New Choices, New Families: How Lesbians Decide About Motherhood*. Johns Hopkins University Press.
- Mombian. (2017). A Very Brief History of LGBTQ Parenting. Mombian. Sustenance for Lesbian Moms. <https://www.mombian.com/2017/10/10/brief-history-lgbtq-parenting/>
- Morrow, D. (2004). Social Work Practice with Gay, Lesbian, Bisexual, and Transgender Adolescents. *Families in Society, 85*(1), 91–99. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.246>
- Morse, C., McLaren, S., & McLachlan, A. (2007). The Attitudes of Australian Heterosexuals Toward Same-Sex Parents. *Journal of GLBT Family Studies, 3*(4), 425–455. https://doi.org/10.1300/j461v03n04_04
- Patton, M. (2002). *Qualitative research and evaluation methods*. Sage Publications.
- Pralat, R. (2018). More Natural Does Not Equal More Normal: Lesbian, Gay, and Bisexual People's Views About Different Pathways to Parenthood. *Journal of Family Issues, 39*(18), 4179–4203. <https://doi.org/10.1177/0192513X18810951>
- Robitaille, C., & Saint-Jacques, M.-C. (2009). Social Stigma and the Situation of Young People in Lesbian and Gay Stepfamilies. *Journal of Homosexuality, 56*(4), 421–442. <https://doi.org/10.1080/00918360902821429>
- Ryan, S. (2000). Examining Social Workers' Placement Recommendations of Children with Gay and Lesbian Adoptive Parents. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services, 81*(5), 517–528. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.1053>
- Ryan, S., & Whitlock, C. (2007). Becoming Parents. *Journal of Gay & Lesbian Social Services, 19*(2), 1–23. <https://doi.org/10.1080/10538720802131642>
- Santona, A., & Zavattini, G. (2005). Partnering and Parenting Expectations in Adoptive Couples. *Sexual & Relationship Therapy, 20*(3), 309–322. <https://doi.org/10.1080/14681990500142004>
- Savin-Williams, R. C. (1998). Lesbian, gay, and bisexual youths' relationships with their parents. In C. J. Patterson & A.R.D'Augelli (Eds.), *Lesbian, gay, and bissexual identities in families* (pp. 75–98). Oxford University Press.
- Savin-Williams, R. C., & Esterberg, K. G. (2000). Lesbian, gay, and bisexual families. In D. H. Demo, K. R. Allen, & M. Fine (Eds.), *Handbook of family diversity* (pp. 197–214). Oxford University Press.
- Shapiro, D., Peterson, C., & Stewart, A. (2009). Legal and social contexts and mental health among lesbian and heterosexual mothers. *Journal of Family Psychology, 23*(2), 255–262. <https://doi.org/10.1037/a0014973>

- Shechner, T., Slone, M., Meir, Y., & Kalish, Y. (2010). Relations between social support and psychological and parental distress for lesbian, single heterosexual by choice, and two-parent heterosexual mothers. *American Journal of Orthopsychiatry*, 80(3), 283–292. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.2010.01031.x>
- Shechner, T., Slone, M., Meir, Y., & Kalish, Y. (2010). Relations between social support and psychological and parental distress for lesbian, single heterosexual by choice, and two-parent heterosexual mothers. *American Journal of Orthopsychiatry*, 80(3), 283–292. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.2010.01031.x>
- Stacey, J., & Biblarz, T. J. (2001). (How) Does the Sexual Orientation of Parents Matter?. *American Sociological Review*, 66(2), 159. <https://doi.org/10.2307/2657413>
- Sumontha, J., Farr, H., & Patterson, J. (2017). Children’s gender development: Associations with parental sexual orientation, division of labor, and gender ideology. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 4(4), 438–450. <https://doi.org/10.1037/sgd0000242>
- Tornello, S., & Bos, H. (2017). Parenting Intentions Among Transgender Individuals. *LGBT Health*, 4(2), 115–120. <https://doi.org/10.1089/lgbt.2016.0153>
- Van Balen, F & Inhorn, M. (2002) Introduction. Interpreting infertility: A view from the social sciences. In M. C. Inhorn & F. van Balen (Eds.), *Infertility around the globe: New thinking on childlessness, gender, and reproductive technologies* (pp.3-33). Berkeley: University of California Press
- Vanfraussen, K., Ponjaert-Kristoffersen, I., & Brewaeyns, A. (2003). Why do children want to know more about the donor? The experience of youngsters raised in lesbian families. *Journal of Psychosomatic Obstetric Gynaecology*, 24(1), 31-38. <https://doi.org/10.3109/01674820309042798>
- Vecho, O. & Schneider, B. (2005). Homoparentalité et développement de l’enfant: Bilan de trente ans de publications. *La Psychiatrie de l’Enfant*, 481, 271-328. <http://dx.doi.org/10.3917/psy.481.0271>
- Wall, G., & Arnold, S. (2007). How Involved Is Involved Fathering?: An Exploration of the Contemporary Culture of Fatherhood. *Gender & Society*, 21(4), 508-527. <https://doi.org/10.1177/0891243207304973>
- Wood, K. (2015). ‘It’s All a Bit Pantomime’: An Exploratory Study of Gay and Lesbian Adopters and Foster-Carers in England and Wales. *British Journal of Social Work*, 46(6), 1708–1723. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bcv115>
- Xavier, P., Alberto, I., & Mendes, F. (2019). Same-Sex Parenting: Identification of Social Representations in a Sample of Portuguese Professionals. *Journal of Homosexuality*, 66(2), 274–296. <https://doi.org/10.1080/00918369.2017.1400314>

Materiais suplementares

Jardim, A., Henriques, M., & Gato, J. (2020). *Adoções Arco-Íris: Ouvindo as experiências dos casais do mesmo sexo e de pessoas lésbicas, gays e bissexuais solteiras em Portugal.*

Google

Docs.

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdN5w8yMGCUL5wCgm97-cwveKnWfRNqgEB46bXVE2WrZTrQMA/viewform?usp=sf_link

Apêndices

Apêndice A

Formulário Online construído com o propósito de recrutamento participantes

04/03/2020

Adoções Arco-Íris: Ouvindo as experiências dos casais do mesmo sexo e de pessoas lésbicas, gays e bissexuais solteiras em Por...

Adoções Arco-Íris: Ouvindo as experiências dos casais do mesmo sexo e de pessoas lésbicas, gays e bissexuais solteiras em Portugal

O meu nome é Ana Teresa Jardim e sou estudante do 5º ano do Mestrado Integrado em Psicologia, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP).

Estou a realizar um estudo que se enquadra no Projeto de Investigação "Adoção LGB em Portugal: Reenquadrando Práticas Profissionais", da responsabilidade da Profª Drª Margarida Henriques (FPCEUP) e do Prof. Dr. Jorge Gato (FPCEUP) e cujo principal objetivo se prende com a compreensão da vivência do processo de adoção por casais do mesmo sexo, e pessoas lésbicas, gays e bissexuais (LGB) solteiras, nas suas diversas vertentes: a experiência como adotante; a experiência e opinião relativamente ao próprio processo e, por fim, recolher sugestões relativamente às práticas profissionais no domínio.

Neste sentido, serão realizadas entrevistas com casais do mesmo sexo, e pessoas LGB solteiras que tenham iniciado um processo de adoção depois da mudança da lei que permitiu a adoção por casais do mesmo sexo em Portugal. Os/as participantes podendo ser portugueses, ou de outras nacionalidades, caso se trate de uma adoção em casal, gostaríamos de entrevistar os dois membros do casal; contudo, se apenas um dos membros do casal tiver disponibilidade em participar no estudo, a entrevista será realizada apenas com essa pessoa. As entrevistas terão lugar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Porto ou, se necessário, através de videochamada (ex.: Skype).

Se deseja participar nesta investigação, por favor preencha todos os campos deste formulário. Irei entrar em contacto consigo através do endereço de e-mail que deverá fornecer abaixo, antes de começar a preencher o formulário.

Os dados são completamente anónimos e confidenciais, sendo que os mesmos apenas serão trabalhados pela estudante e orientadores e com fim à investigação em curso.

Desde já agradeço a sua participação!

Contacto (Ana Teresa Jardim): up201503084@fpce.up.pt

*Required

Endereço de email *

Your answer

Participante A (um dos membros)

Solicita-se que preencha os campos que se seguem com os dados referentes ao primeiro membro do casal. Seguidamente deverá preencher os mesmos campos, mas com as informações referentes ao segundo membro. Por favor, tenha atenção!

NOTA: No caso de ser uma adoção individual (caso seja solteiro(a)), por favor, não preencha as questões referentes ao participante B

Idade *

Your answer

Nacionalidade *

Your answer

Área de Residência *

Your answer

Género * Masculino Feminino Other:**Orientação sexual ***

Your answer

Situação profissional *

- Empregado por conta de outrem
- Empregado por conta própria
- Desempregado
- Doméstico
- Other:

Rendimento Médio Mensal

Your answer

Participante B (o outro membro do casal)

Solicita-se que preencha os campos que se seguem com os dados referentes ao segundo membro do casal

Idade

Your answer

Nacionalidade *

Your answer

Área de Residência *

Your answer

Gênero

- Masculino
- Feminino
- Other:

Orientação sexual

Your answer

Situação Profissional

- Empregado por conta de outrem
- Empregado por conta própria
- Desempregado
- Doméstico
- Other:

Rendimento Médio Mensal

Your answer

Informações do Casal

Solicita-se que preencha os campos seguintes agora com informações relativas ao casal.

Anos de relação

Your answer

Anos de coabitação

Your answer

Local de Habitação

Your answer

Tem filhos?

Sim

Não

Se respondeu que sim, quantos filhos tem e qual(is) a(s) sua(s) idade(s)?

Your answer

Participação na Entrevista

Como referido anteriormente, as entrevistas terão lugar na Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto ou, se necessário, através de videochamada (ex: Skype). É solicitada, preferencialmente, a participação dos dois

membros do casal. Contudo, se apenas um tiver interesse/disponibilidade/possibilidade para participar nesta investigação, a sua participação será bem-vinda e valorizada!

Nesta última secção, deverá escolher qual o formato preferencial da entrevista e indicar se irão participar os dois membros do casal ou apenas um (e qual).

Agradeço mais uma vez a sua disponibilidade para participar nesta investigação!

Relembro que irei

entrar em contacto consigo através do endereço de e-mail que forneceu no início do formulário.

Preferência do formato da entrevista *

- Presencial
- Videochamada

Participantes na Entrevista *

- Ambos
- Participante A
- Participante B

Apêndice B

Consentimento Informado



Código: _____

Declaração de Participação Voluntária

Vimos por este meio solicitar a sua participação num estudo que está a ser desenvolvido no âmbito da minha dissertação de mestrado em Psicologia, na Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto, coordenado pela Professora Doutora Margarida Rangel Henriques e pelo Professor Jorge Gato. Este estudo tem como objetivo primordial compreender a vivência do processo de adoção por casais do mesmo sexo, e pessoas lésbicas, gays e bissexuais (LGB) solteiras, nas suas diversas vertentes: a experiência como adotante; a experiência e opinião relativamente ao próprio processo e, por fim, recolher sugestões relativamente às práticas profissionais no domínio.

A sua colaboração no estudo passa por realizar uma entrevista acerca da sua experiência no processo de adoção. A entrevista será gravada em registo áudio a fim de facilitar o registo e análise da informação recolhida, sendo que esta gravação pode ser interrompida sempre que considerar pertinente.

É garantido o anonimato e a confidencialidade de toda a informação partilhada, sendo divulgado apenas os resultados referentes às partilhas comuns de todos os participantes, e nunca individualmente. Os resultados serão utilizados no contexto da dissertação de mestrado e, sob a forma de publicação, em revistas científicas ou apresentação em eventos científicos e em congressos ou conferências. A sua participação é voluntária, pelo que pode desistir a qualquer momento durante a realização da entrevista.

Ao assinar este documento declara que:

- (1) Compreende a informação dada neste documento e que foi informado e esclarecido sobre os objetivos e condições de participação deste estudo;
- (2) Teve oportunidade de esclarecer as dúvidas;
- (3) Recebeu uma cópia deste documento;
- (4) Aceita participar voluntariamente neste estudo;
- (5) Concorda em ser contactado no futuro para receber os resultados da sua participação.

Qualquer dúvida futura que tenha relativa ao estudo, pode ser esclarecida através do meu email: teresajardim1997@gmail.com.

Muito obrigado pela sua participação, ela é valiosa!

- Concordo em participar neste estudo
- Não pretendo participar neste estudo

A investigadora,

Participante,

(Ana Teresa Jardim)

A coordenadora do projeto,

O co-coordenador do projeto,

(Prof. Dr.ª Margarida Rangel Henriques)

(Prof. Dr. Jorge Gato)

Apêndice C

Resumo das respostas dos/as participantes às questões colocadas no final das entrevistas

Questão	Participante			
	Sara	Esmeralda	Luís	José
Em que medida se sente satisfeito(a) relativamente ao processo de adoção?	4	5	5	-
Em que medida se sente satisfeito(a) com a adoção?	5	5	5	-
Em que medida se sente satisfeito(a) com a comunicação sobre a adoção?	3	5	5	-
Em que medida se sente satisfeito(a) com a comunicação sobre a orientação sexual?	-	3.5	5	-
Em que medida se sente satisfeito(a) com o apoio prestado pela sua rede de amigos?	5	5	4	-
Em que medida se sente satisfeito(a) com o apoio prestado pela sua família alargada?	5	5	2	-
Em que medida se sente necessidade de serviços de pós-adoção?	5	3	5	-

Nota. O símbolo “-” significa que o/a participante não respondeu à questão